

Cleonice Maria Resende Varalda
Helena Rodrigues Duarte
Coordenadoras

Gabriela Gobbato dos Santos
Nathalia Gomes Oliveira de Carvalho
Silvia Viviane de Souza Belarmino
Núcleo de Ciência de Dados – NCD
Secretaria de Tecnologia de Informação – STI
Secretaria de Planejamento – Secplan
Colaboradores



Judicialização da Saúde no Distrito Federal: Um panorama a partir dos dados da 5ª e da 6ª Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde do MPDFT



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Brasília-DF
2023

**Judicialização da Saúde no Distrito Federal:
Um panorama a partir dos dados da 5ª e da 6ª
Promotorias de Defesa da Saúde do MPDFT**

1ª Edição

**Brasília
2023**



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Órgãos da Administração Superior do MPDFT

Procuradoria-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios
Procurador-Geral de Justiça Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur

Vice-Procuradoria-Geral de Justiça Jurídico-Administrativa
Procuradora de Justiça Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza

Vice-Procuradoria-Geral de Justiça Institucional
Procurador de Justiça Antônio Marcos Dezan

Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça
Promotor de Justiça Nísio Edmundo Tostes Ribeiro Filho
Promotor de Justiça André Luiz Cappi Pereira

Secretaria-Geral
Promotora de Justiça Claudia Braga Tomelin

Assessoria de Políticas Institucionais
Promotor de Justiça Ruy Reis Carvalho Neto

Esta é uma publicação da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde (Prosus).

Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Salas 226 e 227, Sede do MPDFT, Brasília-DF
Telefones: (61) 33439819 e 3343-6503 | Site: www.mpdft.mp.br

Versão digital do material: www.mpdft.mp.br/site/livros.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do MPDFT

Judicialização da saúde no Distrito Federal: um panorama a partir dos dados da 5ª e da 6ª Promotorias de Defesa da Saúde do MPDFT / Cleonice Maria Resende Varalda, Helena Rodrigues Duarte, coordenadoras ; Gabriela Gobbato dos Santos ... [et al.], colaboradores. – 1. ed. -- Brasília : MPDFT, 2023.
62 p. ; 21x29,7 cm.

ISBN 978-65-89246-17-6
ISBN 978-65-89246-18-3 (versão eletrônica)

1. Direito à saúde - decisão judicial - Distrito Federal (Brasil). 2. Política de saúde - Distrito Federal (Brasil). I. Título.

CDD 341.27

Texto: 5ª e 6ª Prosus

Revisão de Texto: Samara Botelho Vaz

Programação visual: Secretaria de Comunicação

Coordenadoras:

Cleonice Maria Resende Varalda
Helena Rodrigues Duarte

Colaboradores:

Gabriela Gobbato dos Santos
Nathalia Gomes Oliveira de Carvalho
Silvia Viviane de Souza Belarmino
Núcleo de Ciência de Dados – NCD
Secretaria de Tecnologia de Informação – STI
Secretaria de Planejamento – Secplan

©2023 Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.



Editora MPDFT

1ª edição – 2023

Tiragem: 100 unidades – Agosto/2023

Lista de ilustrações

Tabela 1 – Distribuição do total de feitos novos da temática Saúde - jun/2018 a dez/2022.	13
Gráfico 1 – Evolução do número de feitos novos da temática Saúde	14
Gráfico 2 – Comparativo anual dos feitos novos da temática Saúde.....	15
Gráfico 3 – Comparativo da média mensal de feitos novos da temática saúde.....	15
Tabela 2 – Categorias de exames.....	26
Tabela 3 – Lista de terapias cadastradas	27
Tabela 4 – Categorias e nomes de insumos e materiais cadastrados.....	28
Gráfico 4 – Distribuição de processos por ações e serviços públicos de saúde em números..	31
Gráfico 5 – Distribuição de processos por ações e serviços públicos de saúde em percentual	32
Gráfico 6 – Distribuição de pedidos de medicamentos por natureza	33
Gráfico 7 – Distribuição de pedidos de medicamentos não padronizados	33
Gráfico 8 – Distribuição de pedidos de medicamentos padronizados	34
Gráfico 9 – Distribuição de pedidos de medicamentos por enfermidade	35
Gráfico 10 – Distribuição de pedidos de internação hospitalar por tipo de leito	36
Gráfico 11 – Demonstrativo de pedidos de internação hospitalar que evoluíram ou não a óbito	36
Gráfico 12 – Distribuição de pedidos de cirurgia por especialidade médica	37
Gráfico 13 – Distribuição de pedidos de cirurgia por tipo.....	38
Gráfico 14 – Distribuição de pedidos de consulta por especialidade médica.....	39
Gráfico 15 – Distribuição de pedidos de exame por categoria.....	40
Gráfico 16 – Distribuição de pedidos de tratamento por categoria.....	41
Gráfico 17 – Distribuição de pedidos de tratamento na categoria "Hemodiálise".....	41
Gráfico 18 – Distribuição de pedidos de tratamento na categoria "Terapias".....	42
Gráfico 19 – Distribuição de pedidos de tratamento na categoria "Assistência"	42
Gráfico 20 – Distribuição de pedidos de insumos e materiais por categoria.....	43
Gráfico 21 – Distribuição de pedidos de insumos e materiais por tipo.....	43
Gráfico 22 – Distribuição de pedidos de internação em saúde mental.....	44

Gráfico 23 – Distribuição de novos processos por ações e serviços públicos de saúde em números	45
Gráfico 24 – Distribuição de novos processos por ações e serviços públicos de saúde em percentual	45
Gráfico 25 – Distribuição de novos pedidos de medicamentos por natureza.....	46
Gráfico 26 – Distribuição de novos pedidos de medicamentos não padronizados	46
Gráfico 27 – Distribuição de novos pedidos de medicamentos padronizados	47
Gráfico 28 – Distribuição de novos pedidos de medicamento por enfermidade	47
Gráfico 29 – Distribuição de novos pedidos de internação hospitalar por tipo de leito.....	48
Gráfico 30 – Demonstrativo dos novos pedidos de internação hospitalar que evoluíram ou não a óbito	48
Gráfico 31 – Distribuição de novos pedidos de cirurgia por especialidade médica.....	49
Gráfico 32 – Distribuição de novos pedidos de cirurgia por tipo.....	50
Gráfico 33 – Distribuição de novos pedidos de consulta por especialidade médica.....	51
Gráfico 34 – Distribuição de novos pedidos de exame por categoria	52
Gráfico 35 – Distribuição de novos pedidos de tratamento por categoria.....	53
Gráfico 36 – Distribuição de novos pedidos de tratamento na categoria "Hemodiálise"	53
Gráfico 37 – Distribuição de novos pedidos de tratamento na categoria "Terapias"	54
Gráfico 38 – Distribuição de novos pedidos de tratamento na categoria "Assistência"	54
Gráfico 39 – Distribuição de novos pedidos de insumos e materiais por categoria.....	55
Gráfico 40 – Distribuição de novos pedidos de insumos e materiais por tipo	55
Gráfico 41 – Distribuição de novos pedidos de internação em saúde mental	56

Sumário

<i>Apresentação.....</i>	9
<i>A Prosus</i>	10
<i>Evolução estatística na 5ª e na 6ª Prosus.....</i>	12
<i>O Projeto</i>	18
<i>Obtenção e tratamento de dados</i>	20
<i>Eixos e categorias</i>	24
<i>Síntese dos resultados.....</i>	30
<i>Relatório das ações distribuídas às 5ª e 6ª Prosus.....</i>	31
<i>Relatório de ações novas encaminhadas à 5ª e à 6ª Prosus em 2022</i>	45
<i>Considerações finais.....</i>	58
<i>Referências bibliográficas e normativas</i>	60



Apresentação

Esta publicação apresenta um panorama sobre a judicialização da saúde pública no Distrito Federal a partir da atuação da 5ª e da 6ª Promotorias de Defesa da Saúde (Prosus) do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT).

As informações utilizadas na análise aqui feita foram obtidas do “Painel de Análise das Ações Individuais de Saúde”. A partir delas, e — por meio da utilização de ferramenta de Business Intelligence (BI), foi possível a extração de dados do sistema desenvolvido na Prosus para mapeamento das ações judiciais relacionadas a medicamentos, consultas, exames, cirurgias, internações hospitalares, internações em saúde mental, insumos e tratamentos diversos ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no DF.

A consolidação do BI no âmbito da Prosus fez surgir o Projeto “MPDFT Saúde”, iniciativa que, além do mapeamento das ações judiciais, pretende contribuir com o poder público no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à prevenção e à diminuição do litígio na área da saúde pública.

Além de auxiliar na atuação dos promotores de Justiça e das suas respectivas equipes na atividade-fim, a iniciativa da Prosus tem o intuito de colocar em evidência as ações e os serviços públicos de saúde mais buscados pela população por intermédio do sistema de justiça.

O trabalho da Prosus compartilhado neste documento está inserido no escopo do Programa de Estruturação da Plataforma de Ciência de Dados (Prodados). Esse programa caracteriza-se como um conjunto de boas práticas que prioriza a gestão da informação por meio de ferramentas de inteligência e a criação de uma rede de colaboração entre instituições públicas e privadas no âmbito do MPDFT. Além disso, torna nossa instituição uma referência no uso das tecnologias digitais no sistema judiciário.

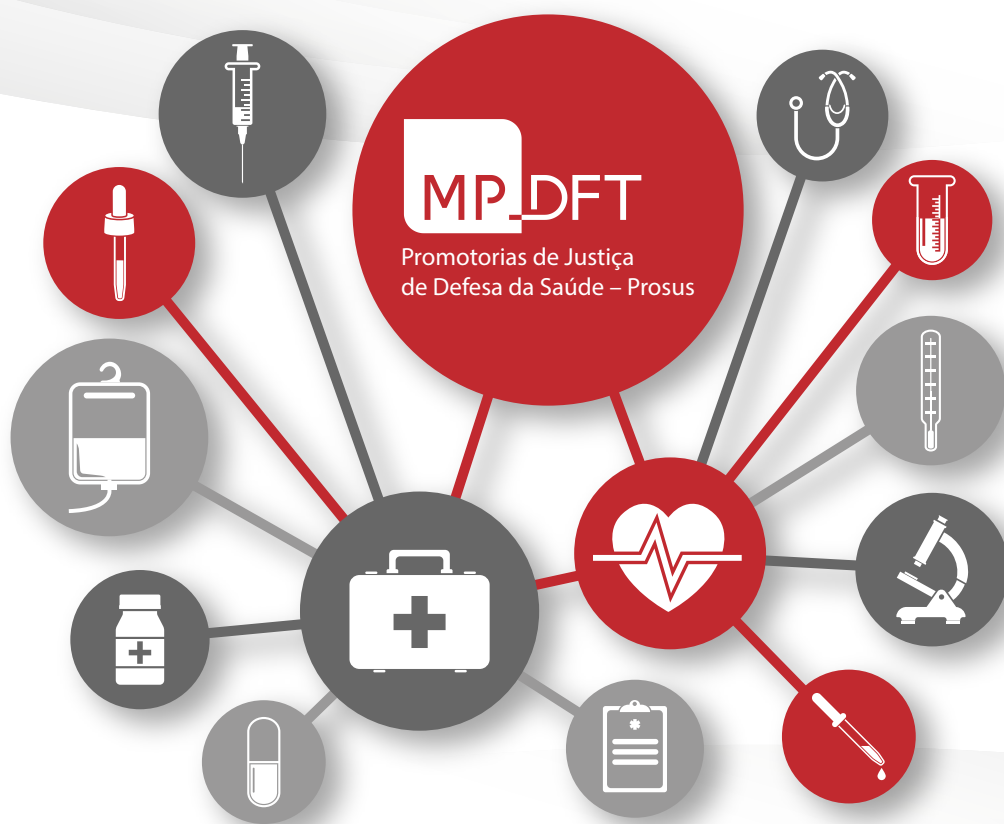
Importante destacar que o estímulo à inovação e ao desenvolvimento tecnológico é uma marca desta gestão. Um trabalho contínuo que envolve investimentos em tecnologia, formação de equipes especializadas e a estruturação de áreas internas.

Os dados estatísticos apresentados neste documento corroboram esse propósito e demonstram a ampla responsabilidade do MPDFT em sua atuação na área da saúde, exercendo a Prosus um papel de protagonista na luta por melhorias nos serviços oferecidos à população.

Cumprimento aos membros e servidores envolvidos nesta iniciativa. Boa leitura.

Georges Seigneur

Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios



A Prosus

A Constituição Federal de 1988, nos termos do artigo 127, incumbiu o Ministério Público de promover a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, dentre eles, a saúde, conforme consta no artigo 6º da nossa Carta Magna.

No âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), a atuação na área de defesa da saúde é exercida pelas seis Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde (Prosus).

Às 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Prosus compete acompanhar e fiscalizar o atendimento oferecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a regularidade, a necessidade e a execução dos convênios e contratos firmados entre SUS e entidades sem fins lucrativos e filantrópicas. E, conforme previsto no artigo 26 da Resolução nº 90 do Conselho Superior do MPDFT, também estão sujeitas a acompanhamento e fiscalização as entidades de iniciativa privada e profissionais liberais cujas atividades estejam voltadas à promoção, à proteção e à recuperação da saúde.

Por sua vez, a 5ª e a 6ª Prosus incumbem, precipuamente, como fiscal da ordem jurídica, intervir, junto às Varas de Fazenda Pública e aos Juizados Especiais de Fazenda Pública, nos processos individuais e coletivos que tenham como objeto prestações de ações e de serviços públicos de saúde, ressalvadas as atribuições de outras Promotorias de Justiça Especializadas.

Cumprе esclarecer que a criação da 5ª e da 6ª Prosus se deu em virtude do aumento significativo das demandas envolvendo a temática saúde, anteriormente distribuídas às Promotorias de Justiça da Fazenda Pública (Profaz).

Por ocasião de estudo realizado pela Secretaria de Planejamento (Relatório nº 07/2019, da Secplan), que analisou dados do período compreendido entre junho/2018 e março/2019, constatou-se que 46,7% dos feitos que tramitavam nas Profaz diziam respeito à temática de saúde, inclusive ações de indenização por erro médico.

Nesse contexto de incremento das demandas individuais e ainda considerando a elevada importância da atuação das Prosus para a garantia do direito fundamental à saúde, deliberou-se pela criação de dois novos ofícios especializados, a 5ª e a 6ª Prosus, consoante Resolução nº 283, de 24 de setembro de 2021.



***Evolução estatística na 5ª
e na 6ª Prosus***

Conforme narrado na série Justiça Pesquisa – “Judicialização da Saúde no Brasil: Perfil das demandas, causas e propostas de solução”, concebida pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) e publicada em 2019, o número de demandas judiciais relativas à saúde aumentou 130% entre 2008 e 2017, enquanto o número total de processos judiciais cresceu 50% em nível nacional.

No mesmo sentido, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), após análise dos dados fornecidos pelo Ministério da Saúde, constatou-se que “somente para o exercício financeiro de 2018, o valor despendido com judicialização foi de R\$ 1,35 bilhão”.

Esse aumento das demandas envolvendo a temática da saúde tem sido vivenciado também pela 5ª e pela 6ª Prosus. Para auxiliar a visualização desse incremento, a Secplan traçou a evolução dos feitos de saúde distribuídos à 4ª Promotoria de Justiça de Fazenda Pública (Profaz) no período de junho de 2018 a julho de 2020, e à 5ª e à 6ª Prosus, juntas, de agosto de 2020 até o dia 26/4/2021. A inclusão do período anterior à instalação da 5ª e da 6ª Prosus justifica-se por permitir a comparação da demanda antes e após a declaração da pandemia de covid-19 pela OMS em março de 2020. A partir do dia 7/6/2018 (mais precisamente às 17h do dia 5/6/2018), todos os feitos relativos à temática saúde oriundos das Varas de Fazenda Pública e dos Juizados de Fazenda Pública e de Saúde Pública passaram a ser distribuídos exclusivamente à 4ª Profaz. Em 1º/8/2020, a 5ª e a 6ª Prosus, criadas pela Resolução nº 262-CSMPDFT, de 28/4/2020, passaram a officiar nos feitos até então de atribuição da 4ª Profaz.

A tabela 1 apresenta, mês a mês, o total de processos eletrônicos (PJe) novos distribuídos à 4ª Profaz no período de junho de 2018 a julho de 2020, e à 5ª e à 6ª Prosus (somados), de agosto de 2020 até dezembro de 2022.

Tabela 1 – Distribuição do total de feitos novos da temática Saúde – jun/2018 a dez/2022

	2018	2019	2020	2021	2022
Jan	-	142	120	396	372
Fev	-	97	261	339	477
Mar	-	105	493	603	498
Abr	-	103	295	723	452
Mai	-	167	247	518	508
Jun	250	167	291	389	492
Jul	231	166	248	370	450
Ago	220	185	682	454	406
Set	179	183	502	374	444
Out	161	159	384	351	429
Nov	129	151	393	426	389
Dez	97	114	276	274	249

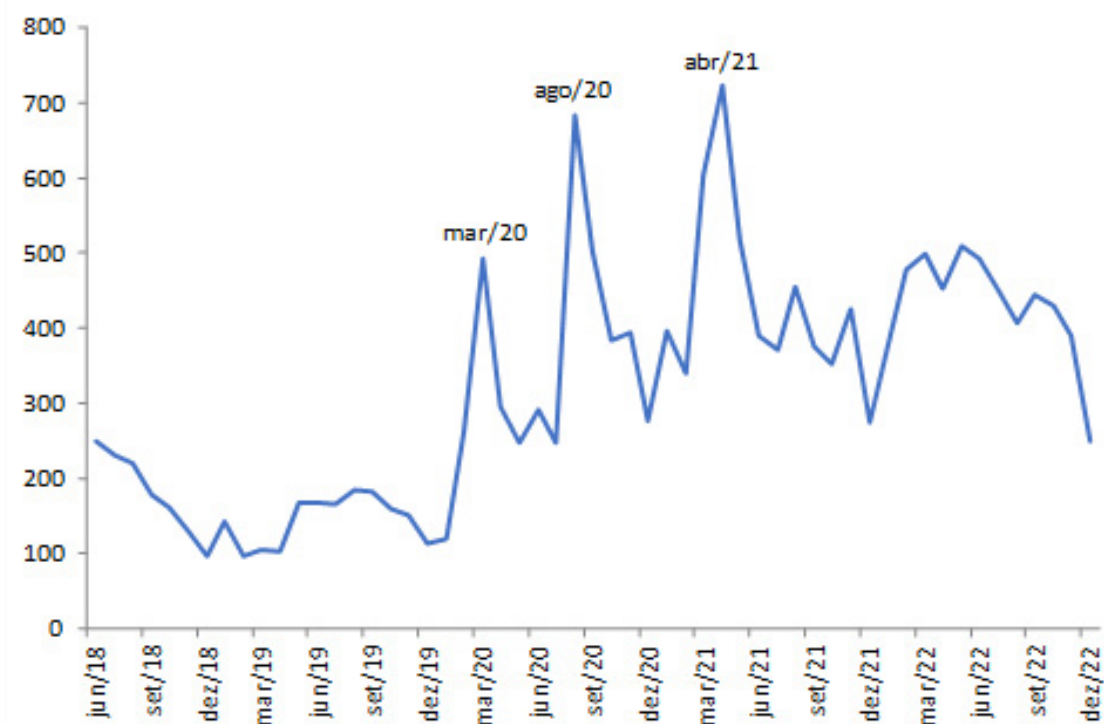
Fonte: Relatório nº 12/2023 – Atinf/Secplan-MPDFT

¹ Para as informações deste relatório foi realizada consulta no dia 6/3/2023 ao painel do QlikSense dos dados estatísticos do Neogab disponibilizado na intranet do MPDFT.

O gráfico 1 mostra a evolução, mês a mês, do número total de feitos novos da temática saúde. Percebem-se claramente três picos, ocorridos nos meses de março de 2020, de agosto de 2020 e de abril de 2021, respectivamente, conforme descrição a seguir:

1. O primeiro pico coincide com a época em que a OMS decreta a pandemia da covid-19;
2. O segundo pico coincide com a instalação das duas novas Prosus e, provavelmente, é decorrente da "redistribuição do acervo";
3. O último coincide com o pico de casos (e mortes) de covid-19 no Brasil, registrado nos meses de março e abril de 2021.

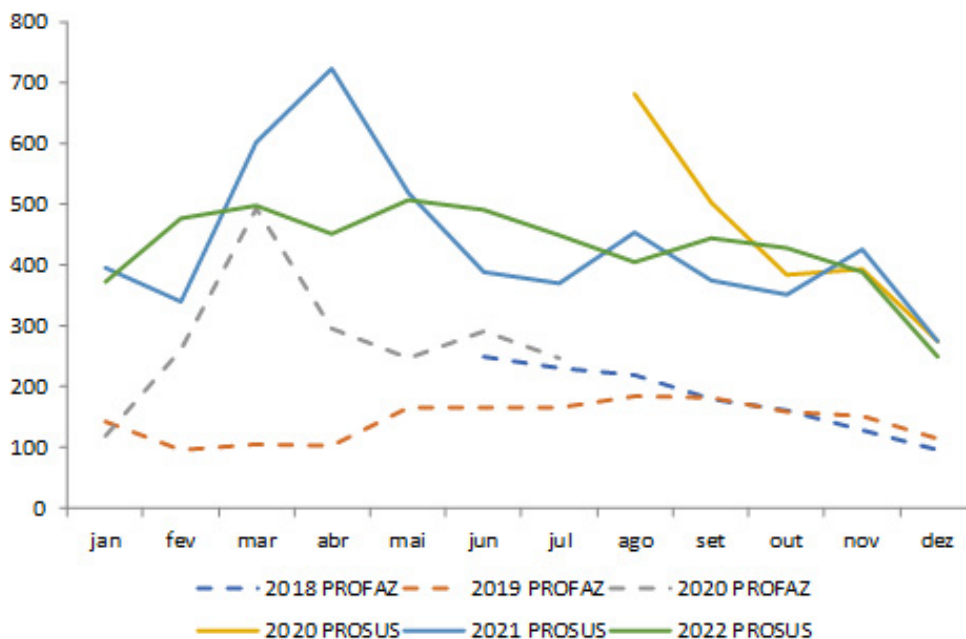
Gráfico 1 – Evolução do número de feitos novos da temática Saúde



Fonte: Relatório nº 12/2023 – Atinf/Secplan-MP/DF

O gráfico 2 compara a evolução mensal, ano a ano, do total de feitos novos. Foram considerados separadamente o período em que os feitos da temática saúde foram distribuídos à 4ª Profaz (linha tracejada) do período em que os feitos foram distribuídos à 5ª e à 6ª Prosus (linha sólida). Abstraindo os três picos acima citados, fica evidente que o número de feitos novos mais que dobrou no segundo período em relação ao primeiro.

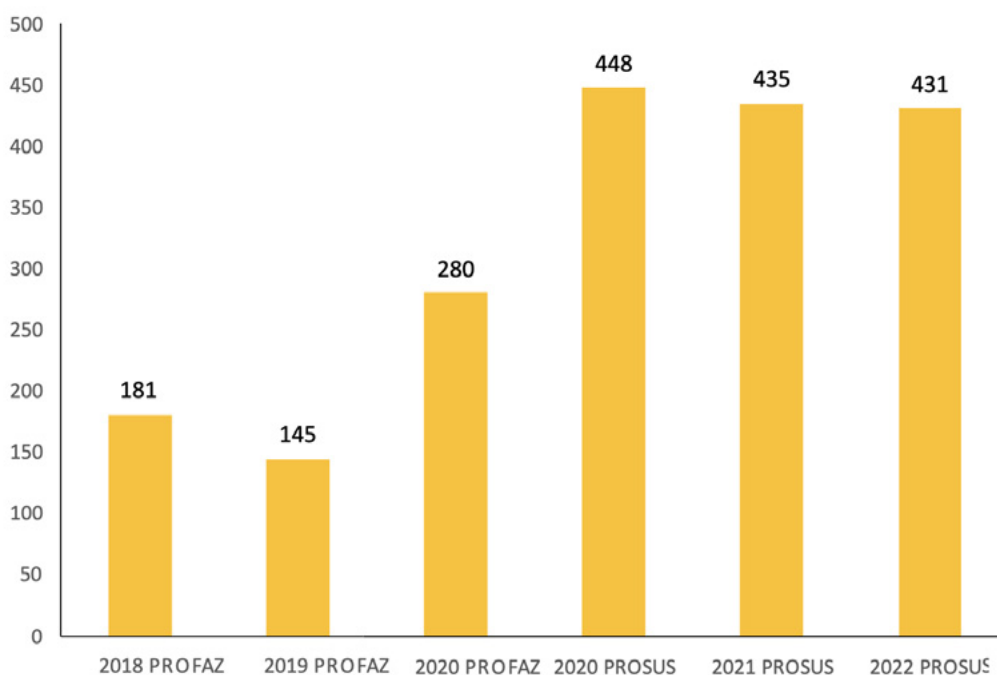
Gráfico 2 – Comparativo anual dos feitos novos da temática Saúde



Fonte: Relatório nº 12/2023 – Atinf/Secplan-MPDFT

O gráfico 3 apresenta a média mensal do total de feitos novos da temática saúde. O ano de 2020 foi dividido em dois períodos: 2020 Profaz, que corresponde aos meses de janeiro a julho; e o 2020 Prosus, que corresponde aos meses de agosto a dezembro. A média geral do total de feitos novos nos anos de 2018 e 2019 foi de 159 feitos novos/mês. Nos anos de 2021 e 2022, esta média foi de 433 feitos novos/mês, representando um aumento de 172%, claramente evidenciado pela análise do gráfico.

Gráfico 3 – Comparativo da média mensal de feitos novos da temática saúde



Fonte: Relatório nº 12/2023 – Atinf/Secplan-MPDFT

Nesse cenário de aumento de demandas judiciais, espera-se que o Projeto MPDFT Saúde contribua para o fomento de políticas públicas efetivas na solução dos problemas de saúde pública no DF e amplie a discussão com os demais órgãos do sistema de justiça e de saúde para repensar estratégias e caminhos a serem traçados coletivamente com vistas a diminuir e prevenir a judicialização de demandas na área da saúde.



O Projeto

O Projeto MPDFT Saúde consiste em mapear as ações judiciais individuais encaminhadas ao Ministério Público pelas Varas de Fazenda Pública e pelos Juizados Especiais de Fazenda Pública, demandando serviços do SUS, como medicamentos, consultas, exames, cirurgias, internações hospitalares, internações compulsórias, insumos e tratamentos diversos. Todas essas demandas deveriam ser ofertadas na rede pública de saúde do Distrito Federal independentemente de intervenção do Poder Judiciário.

A partir da atuação da 5ª e da 6ª Prosus na análise das ações judiciais, constatou-se, na prática, um aumento significativo dos litígios na área da saúde, o que, somado à ausência de dados públicos organizados, despertou a necessidade de levantar, reunir e sistematizar todas as informações disponíveis. Assim sendo, o objetivo do projeto é compilar os dados coletados, a fim de possibilitar uma visão macro da judicialização da saúde no DF e colaborar com o desenvolvimento de políticas públicas voltadas a prevenção ou diminuição das ações judiciais nessa área.

O Projeto também tem como objetivo auxiliar na definição de metas para o aprimoramento da atuação do Ministério Público na defesa da saúde, contribuindo para uma maior efetividade na fiscalização das políticas públicas de saúde. Além disso, a compilação dos dados indicará quais são os serviços de saúde ainda não oferecidos pelo SUS no Distrito Federal, mas que são reivindicados pelo cidadão por meio do Poder Judiciário.

Dessa forma, os dados serão úteis não apenas para o Ministério Público, como também para a Secretaria de Saúde do Distrito Federal e os demais órgãos que integram o sistema de justiça com atuação na área de saúde.

Para a concretização do Projeto, foi desenvolvido um sistema próprio para cadastramento dos dados extraídos de cada processo judicial. Em seguida, foi utilizada uma solução de análise de dados em *Business Intelligence* (BI), desenvolvido na plataforma *QlikSense*, resultando na criação do Painel de Análise das Ações Individuais de Saúde, de onde é possível extrair gráficos e relatórios que retratam o fenômeno da crescente judicialização da saúde no DF.



Obtenção e tratamento de dados

A 5ª e a 6ª Prosus deram início, em 15 abril de 2021, ao cadastramento das ações judiciais encaminhadas ao Ministério Público pelas Varas de Fazenda Pública e pelos Juizados Especiais de Fazenda Pública, tendo como objeto prestações de ações e de serviços públicos de saúde.

Inicialmente, foram identificados quais dados seriam interessantes para o aprimoramento das políticas públicas em saúde no Distrito Federal. Para tanto, categorias de relevância foram definidas e estruturadas em uma planilha no formato *Excel*. Essa planilha contemplou todas as ações judiciais individuais de saúde encaminhadas ao Ministério Público do Distrito Federal e foi alimentada manualmente por promotores e servidores da 5ª e da 6ª Prosus, razão pela qual deve ser considerada a possibilidade de haver uma pequena margem de erro, para mais ou para menos.

Nessa fase inicial, não havia nenhum suporte tecnológico e os dados coletados pelos integrantes das Promotorias eram apenas cadastrados na planilha *Excel*, sem qualquer análise das informações.

A fim de buscar uma solução que explorasse os dados já colhidos e gerasse informações passíveis de serem utilizadas para a melhor compreensão do fenômeno da judicialização da saúde no âmbito do DF, a Prosus acionou o Núcleo de Ciência de Dados (NCD) deste MPDFT.

Atendendo à demanda feita, surgiu a primeira versão da solução de análise de dados em *Business Intelligence (BI)*, desenvolvida na plataforma *QlikSense*: o **Painel de Análise das Ações Individuais de Saúde**.

Para viabilizar a construção desse Painel, foi necessária uma fase de padronização e tratamento dos dados com atualização dinâmica e compartilhada da planilha *Excel* na plataforma *Google Drive*, a qual continha os dados lidos periodicamente para exibição no Painel de *BI*.

Posteriormente, foi desenvolvida a segunda versão do Painel com a incorporação do banco de dados do Sistema de Processo Eletrônico do MPDFT (Neogab). Esse sistema é integrado ao processo judicial eletrônico (PJe) e contém dados como o número do processo, a identificação da Promotoria para a qual foi distribuído, a data de entrada no Ministério Público e a do ajuizamento da ação.

Essa versão foi importante para ampliar as possibilidades de filtragem dos dados, viabilizando, por exemplo, a obtenção de informações a respeito de novas ações ajuizadas em determinado período. Entretanto, os dados das peças processuais não poderiam ser obtidos sem o auxílio de uma ferramenta de inteligência artificial, por meio de linguagem natural, para capturar os dados complementares e viabilizar a extração de relatórios robustos refletindo o cenário da judicialização da saúde no DF.

Diante disso, em dezembro de 2021, o NCD em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), começou a desenvolver um sistema complementar de cadastro de informações para substituir a etapa de alimentação de dados na planilha do *Excel*. Esse programa entrou em operação em abril de 2022 e foi denominado de Sistema Prosus. Assim, a origem dos dados do Painel passou a ser o recém-criado Sistema Prosus e o Sistema Neogab, e não mais a antiga planilha do *Excel*.

A partir desse momento, implementou-se a rotina de extração automática de relatórios mensais, os quais refletem os dados do Painel, instrumento de extrema importância para a visualização macro das demandas levadas pelo cidadão do Distrito Federal e entorno da capital ao Poder Judiciário.

A idealização do Projeto vai ao encontro das novas diretrizes estabelecidas pela direção deste MPDFT, que, nas palavras do atual Procurador-Geral de Justiça, Dr. Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur, *"prioriza a modernização de sua atuação por meio do uso de ferramentas de Business Intelligence e compartilhamento de dados em diversas áreas"*.

Convém destacar que a Prosus, em parceria com o Comitê Estratégico de Inovação e Governança de Dados deste MPDFT, continua em busca de solução em inteligência artificial que substitua o cadastramento manual dos dados por uma ferramenta automatizada, para desonerar os recursos humanos das Promotorias e aumentar a confiabilidade das informações coletadas. Além disso, a unidade estuda a possibilidade de expandir os dados coletados a fim de detalhar ainda mais o retrato da judicialização da saúde no DF.



Eixos e categorias

A partir da análise dos processos judiciais, e diante da necessidade de sistematizar as informações colhidas, foram identificados seis eixos nos quais as demandas individuais poderiam ser enquadradas, a saber: medicamentos, procedimentos (consultas, exames e cirurgias), internações (saúde mental), internações (hospitalares), tratamento/custeio e insumos/materiais.

A estruturação em eixos teve por finalidade estratificar a análise dos dados de acordo com a pertinência temática e os objetivos do Projeto, não seguindo um padrão predeterminado. No entanto, dentro de alguns eixos foram criadas categorias com base em tabelas e documentos oficiais que serviram de apoio para a padronização das nomenclaturas e melhor organização dos dados coletados.

Eixo 1 – Medicamentos

As ações que têm por objeto o fornecimento de medicamentos constituem quase 20% do total das demandas registradas pelas Promotorias. Os medicamentos são classificados em: **padronizados**, que são os disponibilizados administrativamente pela SES/DF e que podem ser consultados na Relação de Medicamentos do Distrito Federal (Reme-DF) e na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename); e **não padronizados**, ou seja, os que não estão incorporados em atos normativos do SUS e que exigem o preenchimento de requisitos firmados pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça² para serem fornecidos.

Dentre as informações relevantes a serem extraídas das demandas que se enquadram nesse eixo, destacam-se: (i) o princípio ativo do fármaco, segundo a Denominação Comum Brasileira; (ii) a situação do registro ou o uso autorizado na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); (iii) os códigos da Classificação Internacional de Doenças – CID-10, para a correta identificação da doença da parte autora e sua relação com o medicamento pleiteado; (iv) a análise da bula do fármaco para preenchimento do campo *in label* e *off label*.

Eixo 2 – Procedimentos

O segundo eixo trata de procedimentos. Contempla os pedidos de consultas, exames e cirurgias, e representa o maior número de demandas: cerca de 35,5% do total dos processos por ações e serviços de saúde.

Diante da necessidade de estruturar o eixo de forma técnica e detalhar os procedimentos, foram incorporados ao Sistema Prosus algumas nomenclaturas dos procedimentos

² **Tema 106/STJ** – “A concessão dos medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS exige a presença cumulativa dos seguintes requisitos: i) Comprovação, por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, assim como da ineficácia, para o tratamento da moléstia, dos fármacos fornecidos pelo SUS; ii) incapacidade financeira de arcar com o custo do medicamento prescrito; iii) existência de registro do medicamento na Anvisa, observados os usos autorizados pela agência.” Resp 1657156/RJ

cadastrados no Sistema de Regulação (SISREG III) e no Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPME do SUS (SIGTAP). O SISREG III é um sistema que foi desenvolvido pelo DATASUS do Ministério da Saúde para o gerenciamento de todo complexo regulatório, partindo da rede básica à internação hospitalar.

Assim, considerando a grande quantidade de variações de nomenclaturas e de especificidades de procedimentos, em especial com relação às cirurgias, os cadastros são associados à especialidade médica. Essa associação possibilita o acesso a tais dados tanto a partir da busca pela especialidade médica como pelo tipo de cirurgia.

Tabela 2 – Categorias de exames

1	Vascular	12	Ressonância magnética
2	Audiométrico / Auditivo	13	Odontológico
3	Oftalmológico	14	Radiografia
4	Cardíaco	15	Polissonografia
5	Neurológico	16	Ecodoppler
6	Função pulmonar e respiratória	17	Ecocardiografia
7	Deteccção de alérgenos	18	Cintilografia
8	Otoneurológico	19	Biópsia
9	Procedimento Endoscópico	20	Sequenciamento genético
10	Ultrassonografia/Ecografia	21	Exame laboratorial não padronizado
11	Tomografia Computadorizada	22	Exame laboratorial padronizado

Fonte: elaboração do autor.

Importa registrar que, nas categorias de exame, utilizou-se a nomenclatura contida no SISREG e/ou no SIGTAP para designar cada exame.

Eixo 3 – Internações em saúde mental

As internações em saúde mental foram categorizadas a partir da análise dos pedidos por internação compulsória, conforme disciplinado pela Lei nº 10.216/2001, residência terapêutica e leito psiquiátrico.

O cadastramento de tais dados leva em consideração o tipo de clínica em que se encontra a parte autora (particular, conveniada etc.) e é atualizado conforme o acompanhamento processual do cumprimento ou não da obrigação reconhecida judicialmente.

Eixo 4 – Internações hospitalares

O eixo das internações hospitalares contempla os pedidos por leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e de enfermaria e corresponde a cerca de 34% do total das demandas registradas.

No cadastramento de tais feitos no Sistema Prosus, são preenchidas informações referentes à situação do demandante a partir do que consta no processo judicial, isto é, se ocorreu o óbito com acesso ao leito, sem acesso ao leito ou se não há informação nos autos.

Eixo 5 – Tratamento e custeio

No eixo denominado tratamento e custeio, foram criadas três categorias, a fim de agrupar os serviços de acordo com suas particularidades, sendo elas: terapia, assistência e hemodiálise.

A categoria “Terapia” abrange vinte tipos de serviço, os quais, conforme características próprias, foram agrupados da seguinte forma:

Tabela 3 – Lista de terapias cadastradas

1	Aplicação de plasma de argônio	11	Equoterapia
2	Oxigenação por membrana extracorporal (ECMO)	12	Escleroterapia (embolização de malformação arteriovenosa)
3	Psicoterapia	13	Quimioterapia
4	Fonoterapia	14	Braquiterapia
5	Psicopedagogia	15	Radioterapia
6	Terapia por pressão negativa (TPN)	16	Fisioterapia
7	Iodoterapia - iodoablação	17	Musicoterapia
8	Ocupacional	18	Eletroconvulsoterapia
9	Multidisciplinar	19	Oxigenoterapia hiperbárica
10	Imunoterapia	20	Oxigenoterapia
		21	Multidisciplinar método ABA

Fonte: elaboração do autor.

Na categoria “Assistência”, foram inseridos os serviços: atenção domiciliar (*home care*), transporte diverso e tratamento fora do domicílio (TFD).

Por fim, a categoria nomeada “Hemodiálise” reuniu as ações relacionadas a esse tipo de tratamento, englobando: diálise peritoneal, sessões de hemodiálise e transporte para hemodiálise.

Eixo 6 – Insumos e materiais

Seguindo a lógica do eixo anterior, também se vislumbrou a necessidade de reunir as ações deste eixo em categorias que foram nomeadas da seguinte maneira: assepsia e cuidados, sensores e bombas, OPME (órteses, próteses e materiais especiais), alimentação, vacinas e outros.

Tabela 4 – Categorias e nomes de insumos e materiais cadastrados

CATEGORIA	NOME DO INSUMO/MATERIAL
Assepsia e cuidados	Sabonetes especiais
	Hidratante corporal
	Gaze
	Saco coletor de ostomia
	Saco coletor de urina
	Fralda
	Óleo mineral
	Luva de látex
	Filtro solar
	Máscara
	Fixador de cânula
	Curativo
	Curativo à vácuo
	Loção/ pomada dermatológica
Sensores e bombas	Medidor de glicose capilar (fita)
	Sensor de glicose com monitoramento contínuo/freestyle libre
	Sistema de infusão de insulina
	Bomba de infusão de dieta
	Kit de insumos para sistemas de infusão de insulina
	Oxímetro de pulso
Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME)	Concentrador/ kit de oxigênio portátil
	BIPAP
	CPAP
	Robofoot
	Aparelho / Processador auditivo
	Aparelho intra-oral odontológico
	Aparelho para ventilação mecânica não invasiva
	Ventilador mecânico portátil
	Carrinho terapêutico
	Cadeira de roda
	Cadeira de banho
	Bengala
	Cânula traqueal siliconada
	Permutador de calor e umidade e adesivo para fixação com filtro HME
	Processador de fala para implante coclear
	Cateter
	Sonda
	Máquina de tosse (<i>cough assist</i>)
	Máscara nasal
	Lente intraocular
	Óculos de grau
	Laringe eletrônica
	Prótese esofágica
	Cama berço
	Cama hospitalar
	Apoio parapódio
	Gerador elétrico
	Prótese traqueoesofágica (prótese de voz)
	Óculos escuros com proteção ultravioleta
	Fixador externo circular para correção de fratura
	Prótese enteral colônica

CATEGORIA	NOME DO INSUMO/MATERIAL
Alimentação	Coenzima Q10
	Óleo de Lorenzo
	Complexo vitamínico
	Colágeno
	Leites especiais/fórmula alimentar
	Dieta enteral
Vacinas	Covid
	Quadrivalente
	Outras
Outros	Grampeador cirúrgico
	Elevador para transferência
	Reservatório de insulina
	Clip de uso cirúrgico
	Ligasure
	Meia de compressão
Guincho de transferência de pessoas acamadas	

Fonte: elaboração do autor.



Síntese dos resultados

Os dados coletados e apresentados no Painel de Análise das Ações Individuais de Saúde do MPDFT são extraídos e sintetizados em relatórios mensais e anuais, compartilhados com as demais Prosus. Os relatórios contemplam os pedidos formulados em cada ação individual.

Aqui serão apresentados os resultados obtidos de 15/4/2021 — momento em que a 5ª e a 6ª Prosus deram início ao cadastramento das ações judiciais encaminhadas ao Ministério Público pelas Varas de Fazenda Pública e pelos Juizados Especiais de Fazenda Pública — a 15/4/2023.

Cumprе esclarecer que os gráficos a seguir retratam os pedidos mais recorrentes e não a integralidade dos dados que constam do Painel de Análise das Ações Individuais de Saúde do MPDFT, que contempla todos os pedidos judicializados que foram encaminhados à 5ª e à 6ª Prosus.

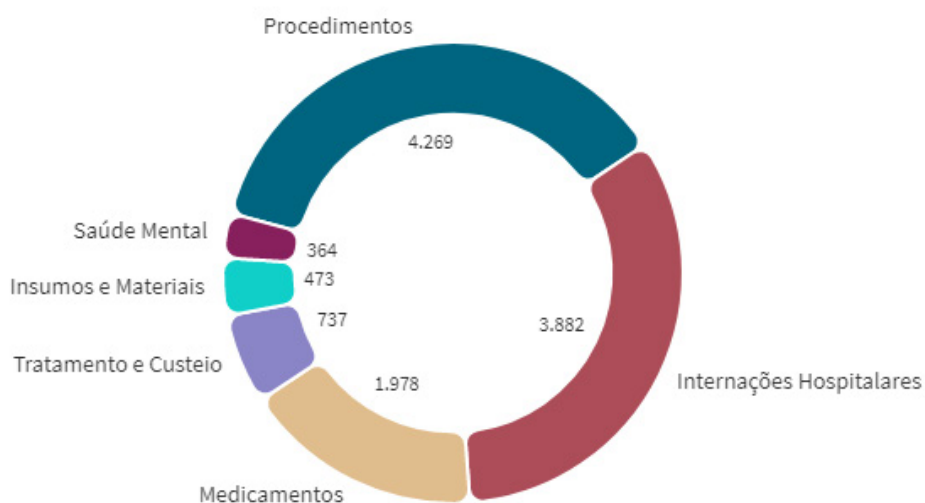
Relatório das ações distribuídas às 5ª e 6ª Prosus

Período: 15/4/2021 a 15/4/2023

No período de 15/4/2021 a 15/4/2023, **11.388 ações judiciais³** foram encaminhadas ao Ministério Público pelas Varas de Fazenda Pública e pelos Juizados Especiais de Fazenda Pública, visando a prestação de ações e de serviços públicos de saúde.

A partir da categorização das ações de saúde em seis eixos, foram elaborados os gráficos abaixo, cujos dados foram extraídos do Painel de Análise das Ações Individuais de Saúde do MPDFT. É relevante ressaltar que um processo pode demandar mais de um pedido de ação e/ou serviço de saúde.

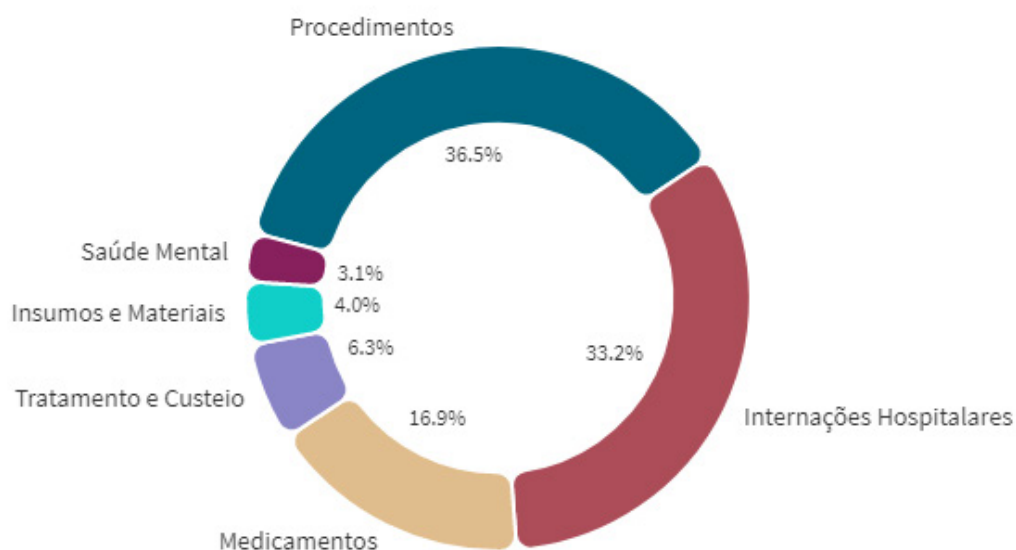
Gráfico 4 – Distribuição de processos por ações e serviços públicos de saúde em números



Procedimentos: consulta, exame e cirurgia

³ Dados extraídos no dia 8/5/2023. Cumprе esclarecer que o painel é atualizado diariamente, portanto os indicadores numéricos sofrem alteração constante.

Gráfico 5 – Distribuição de processos por ações e serviços públicos de saúde em percentual



Procedimentos: consulta, exame e cirurgia

Detalhamento das categorias apresentadas

Os dados detalhados a seguir serão apresentados levando em consideração todos os pedidos formulados em cada ação, de modo que o total de pedidos poderá divergir do número de processos distribuídos, tendo em vista que pode ser formulado mais de um pedido em cada ação.

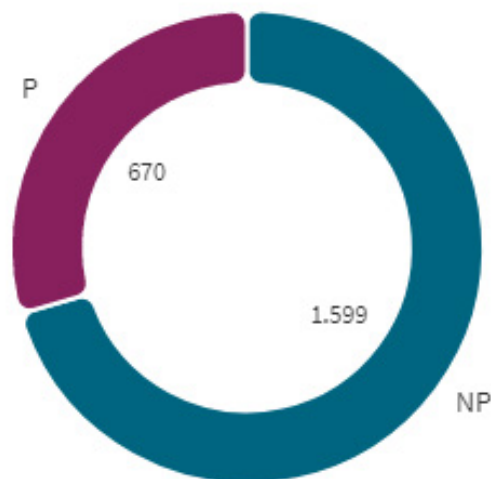
Medicamentos

No período analisado, foram encaminhadas ao Ministério Público **1.978** ações demandando medicamento. Tais ações envolveram **2.269** pedidos, dentre os quais **1.599** (70,5%) de medicamentos **não padronizados** (incluídos os padronizados para doença diversa) e **670** (29,5%) de medicamentos **padronizados**.

Verificou-se ainda que **857** pedidos foram para uso *off label* e **1.410**, para uso *in label*. Dentre as enfermidades que mais ensejaram pedidos judiciais, destacaram-se as neoplasias, com 654 demandas.

Seguem gráficos ilustrativos:

Gráfico 6 – Distribuição de pedidos de medicamentos por natureza



P: Padronizado e NP: Não padronizado. São incluídos como NP os medicamentos padronizados para doença diversa.

Gráfico 7 – Distribuição de pedidos de medicamentos não padronizados

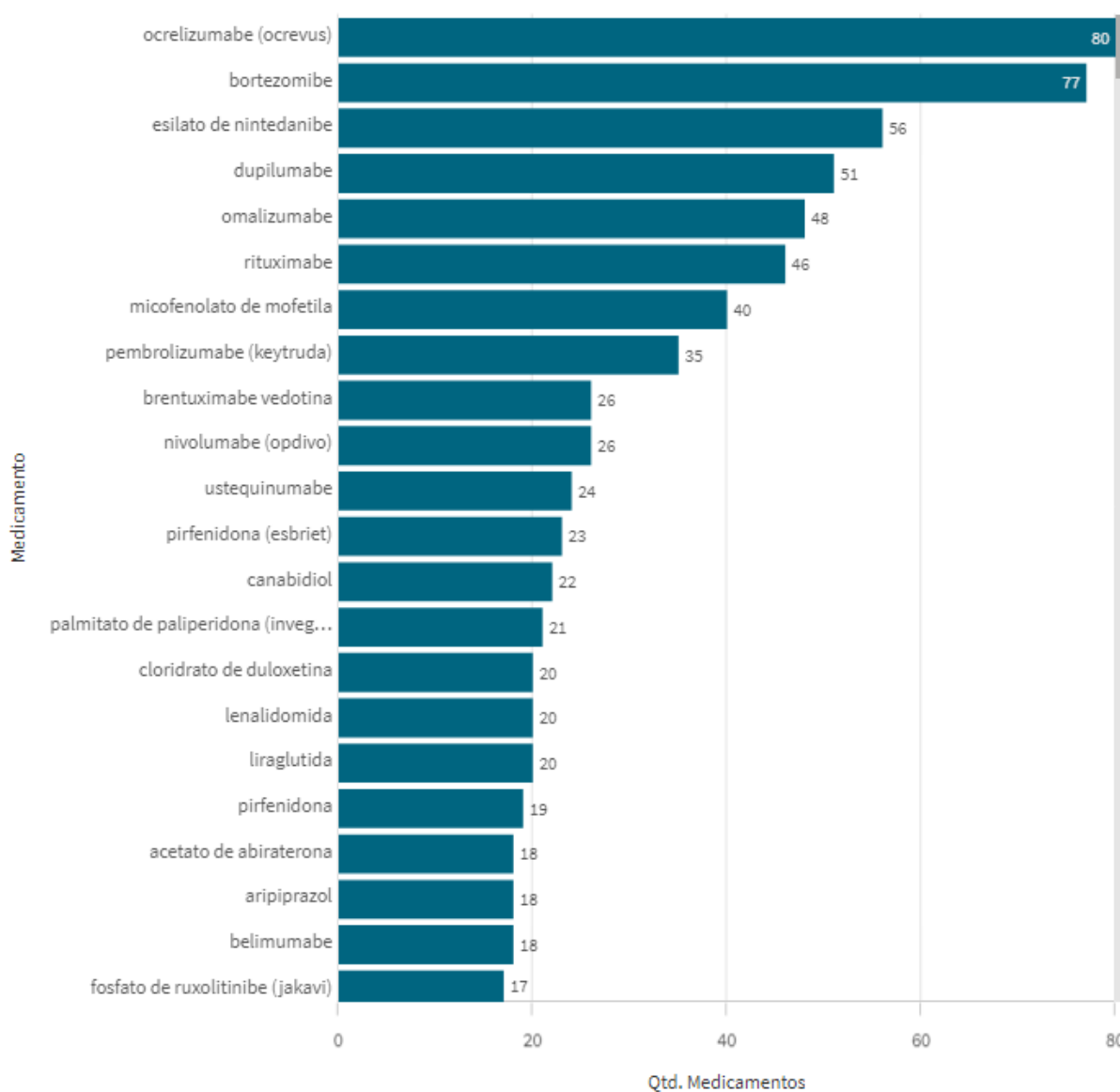


Gráfico 8 – Distribuição de pedidos de medicamentos padronizados

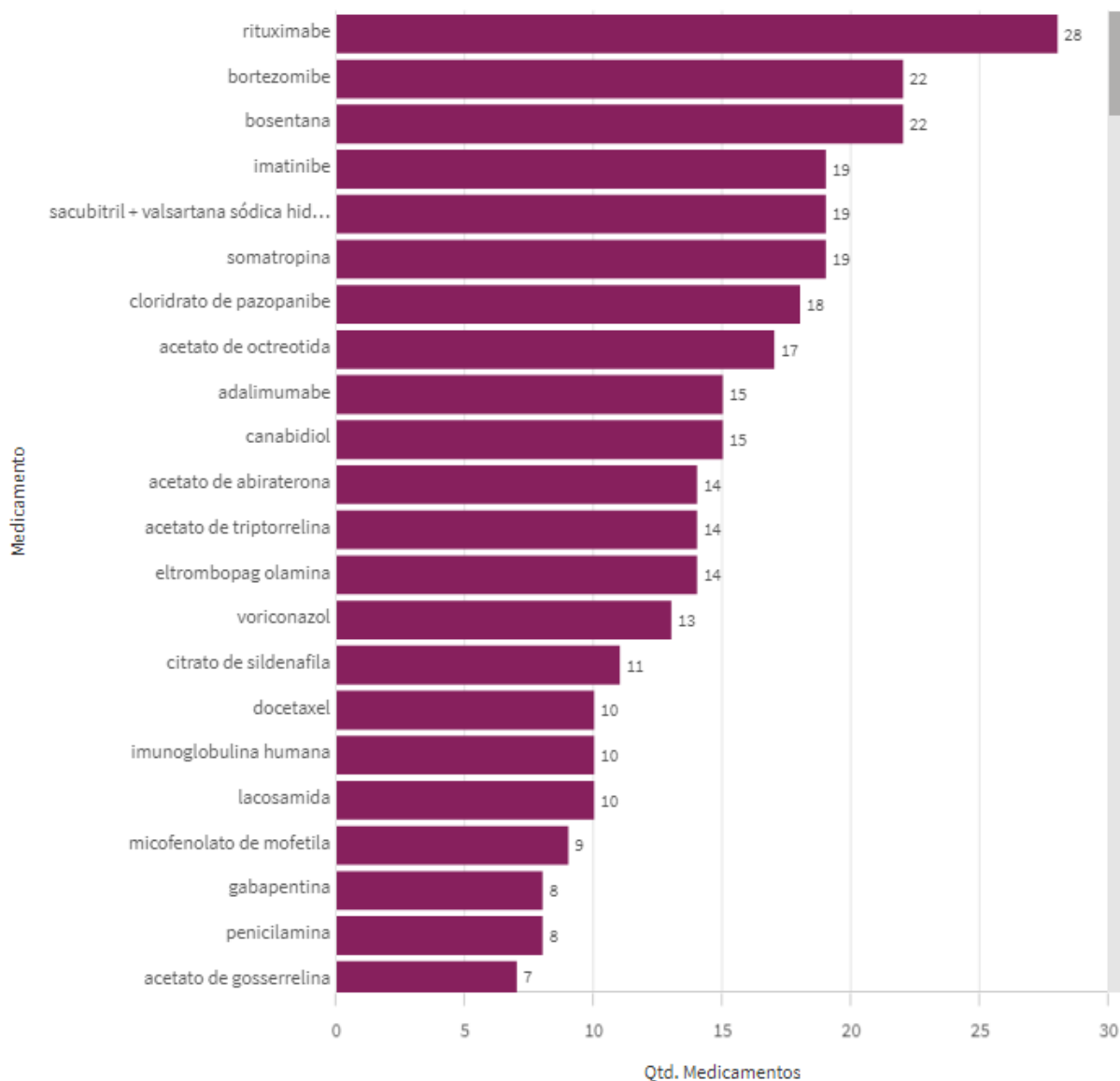
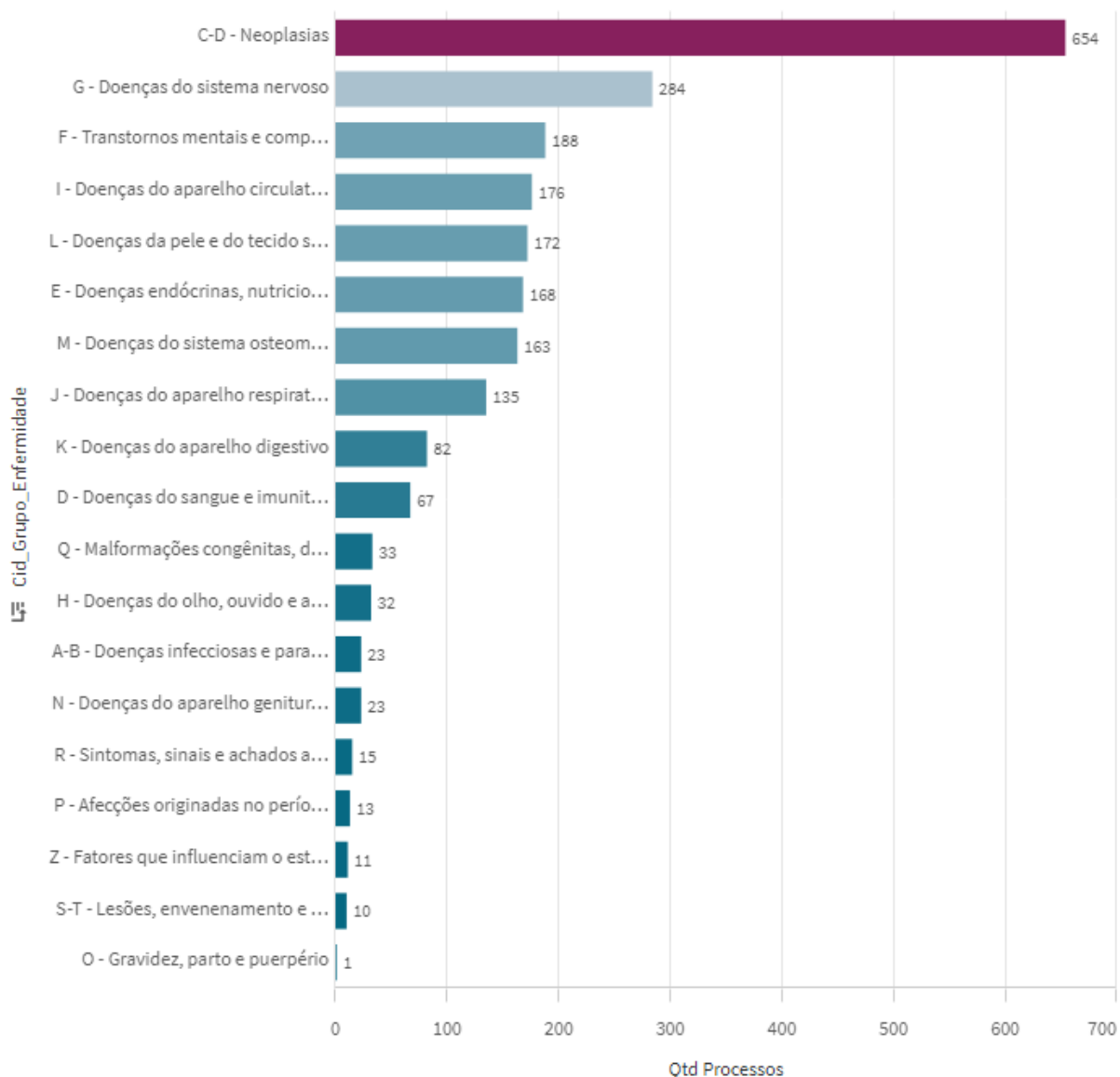


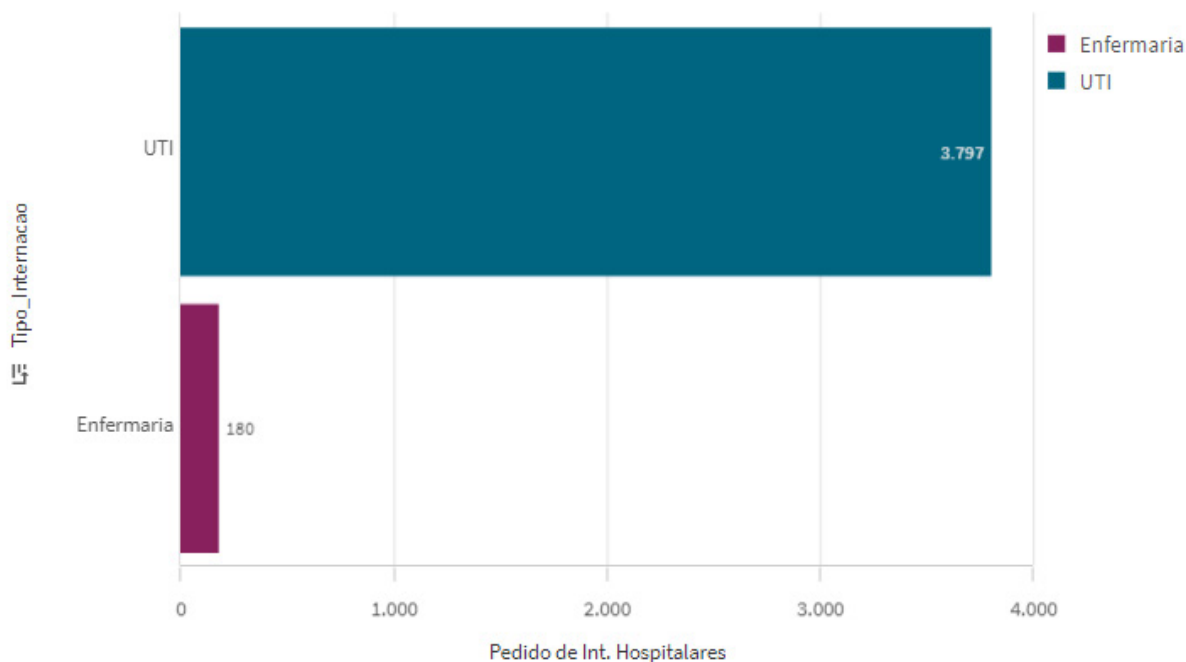
Gráfico 9 – Distribuição de pedidos de medicamentos por enfermidade



Internações hospitalares

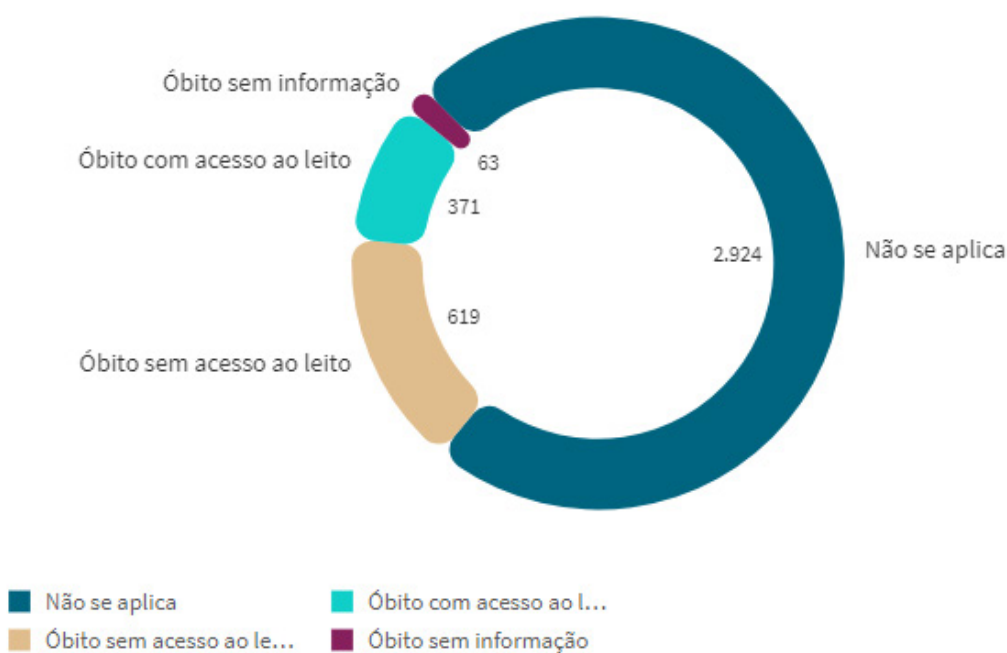
Gráfico 10 – Distribuição de pedidos de internação hospitalar por tipo de leito

Internações por Tipo



Do total de 3.977 pedidos de internação, 619 (15,6%) casos evoluíram a óbito sem acesso ao leito e 371 (9,3%) com acesso ao leito.

Gráfico 11 – Demonstrativo de pedidos de internação hospitalar que evoluíram ou não a óbito



Procedimentos

De 15/4/2021 a 15/4/2023, foram encaminhadas 4.269 ações demandando 5.307 procedimentos, sendo 2.302 (43,4%) pedidos de cirurgia, 1.646 (31%), de consulta e 1.359 (25,6%), de exame.

Gráfico 12 – Distribuição de pedidos de cirurgia por especialidade médica

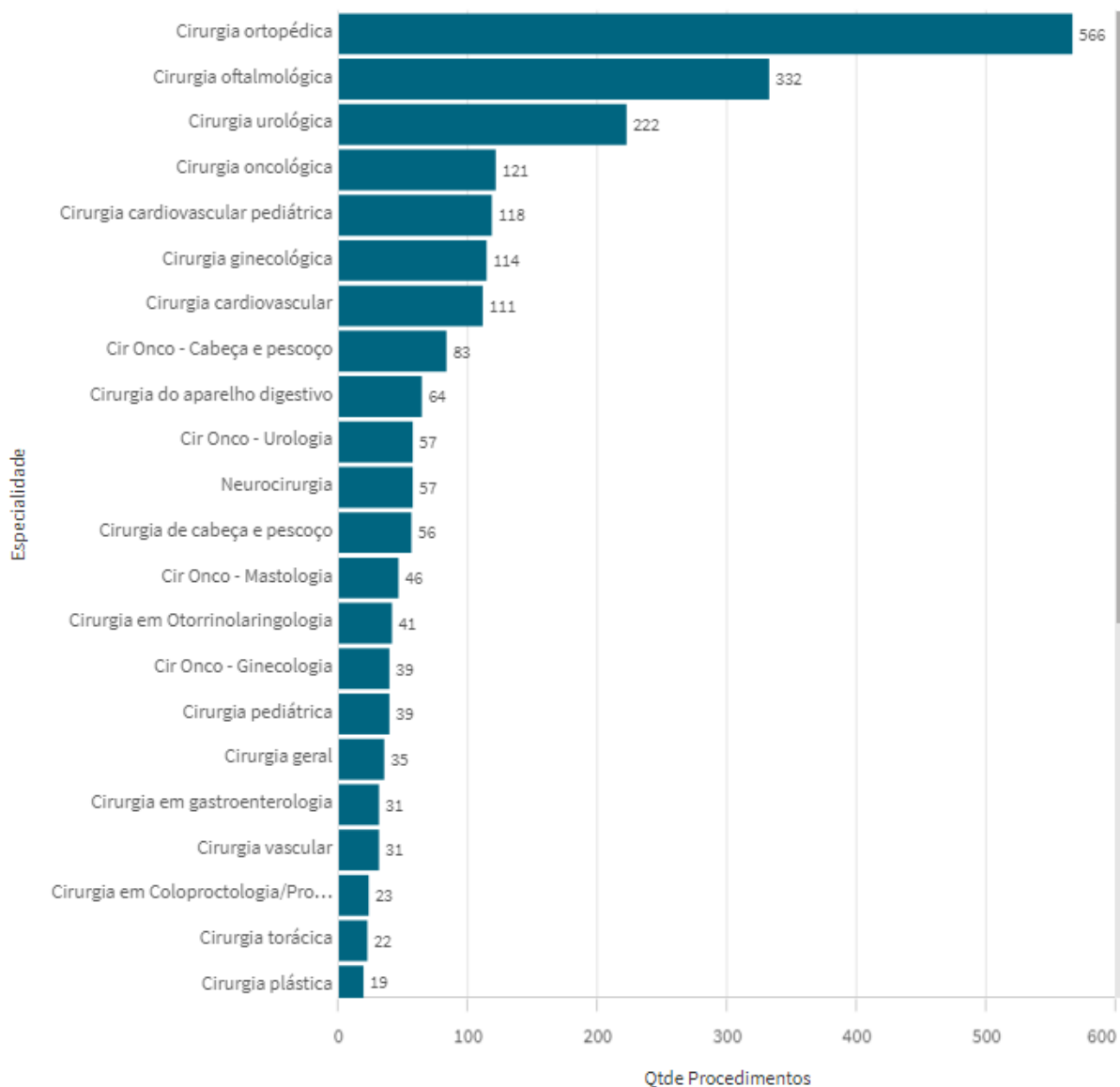


Gráfico 13 – Distribuição de pedidos de cirurgia por tipo

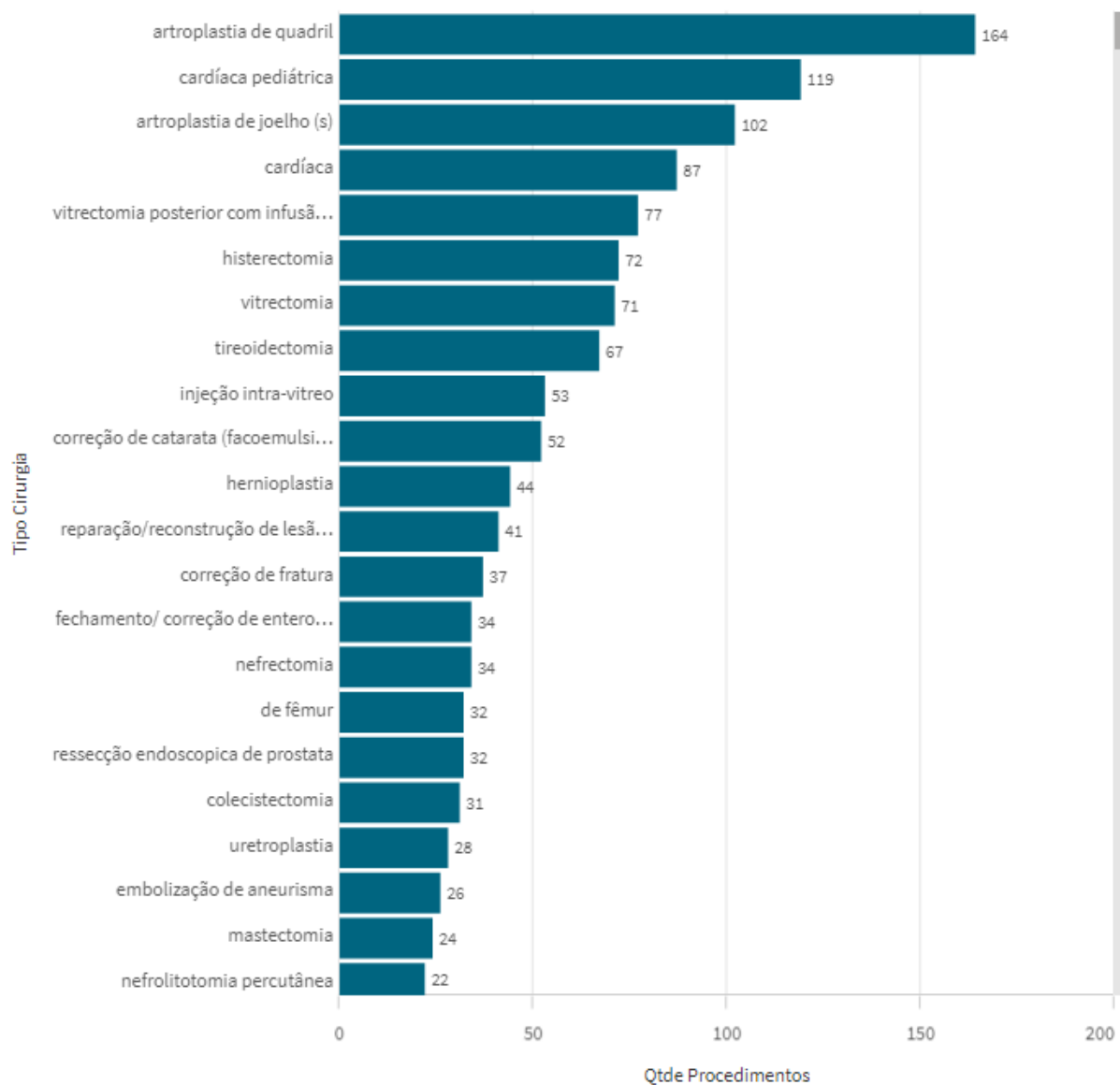


Gráfico 14 – Distribuição de pedidos de consulta por especialidade médica

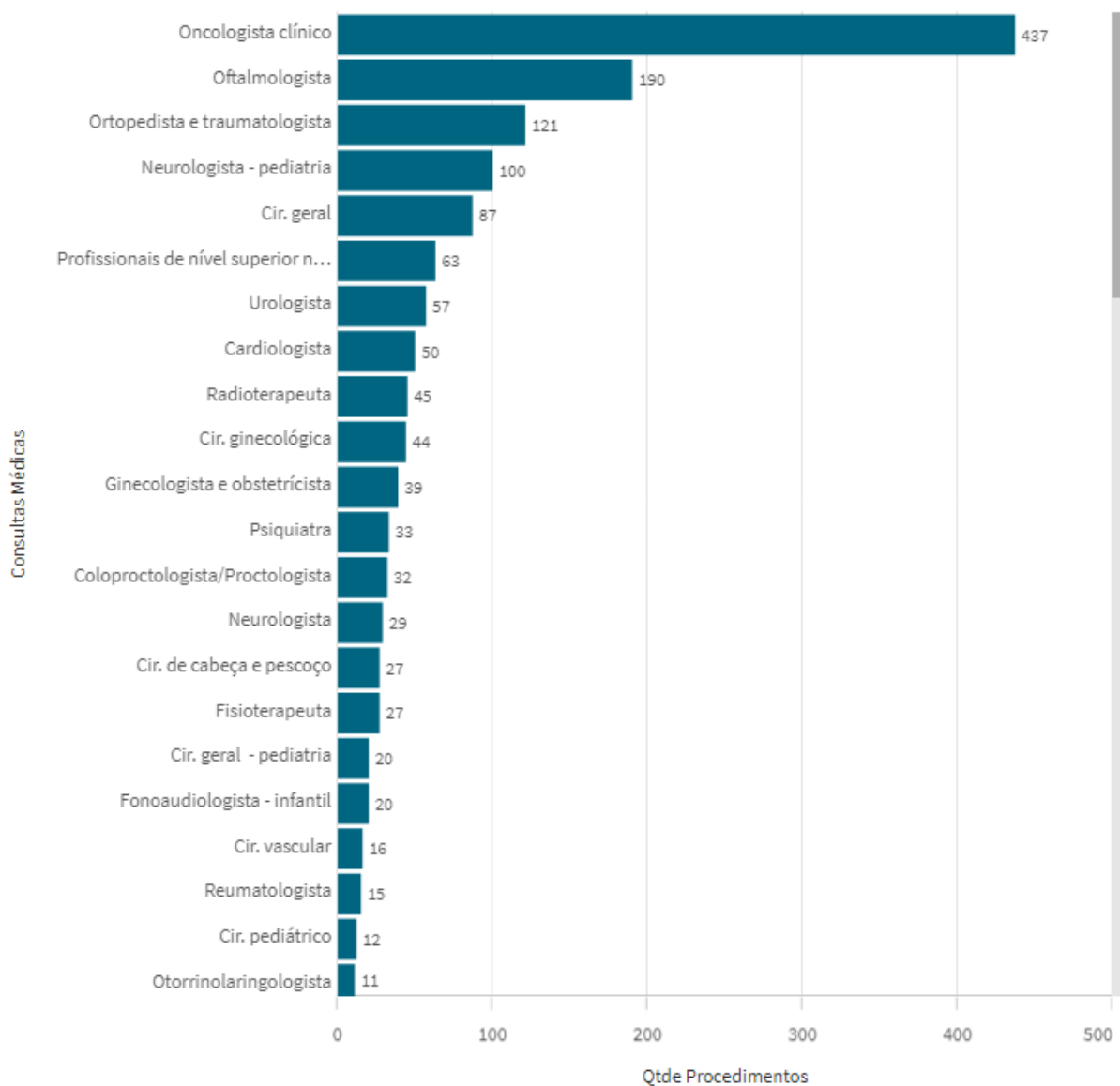
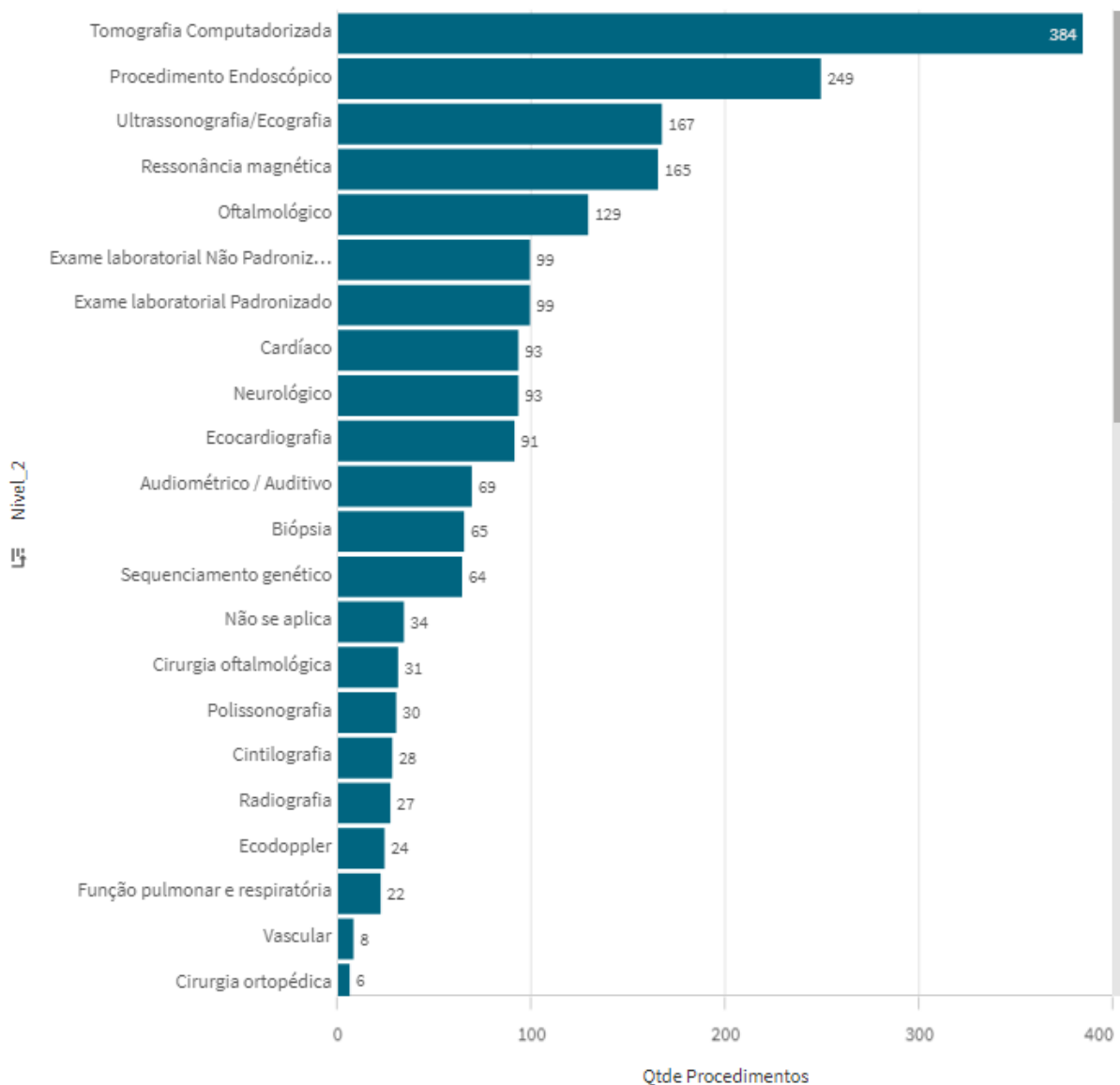
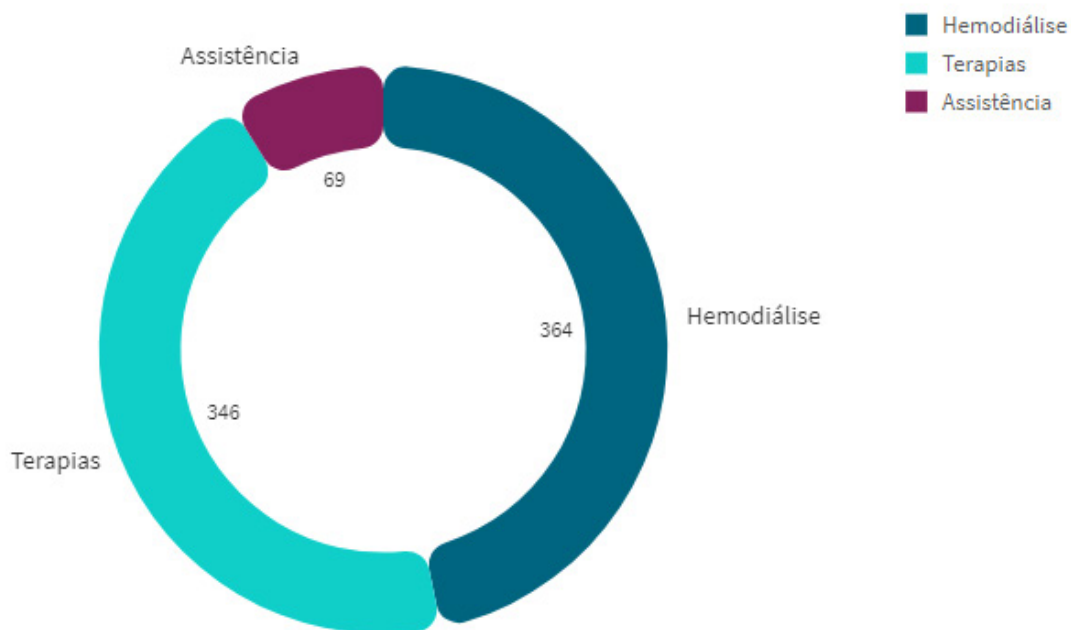


Gráfico 15 – Distribuição de pedidos de exame por categoria



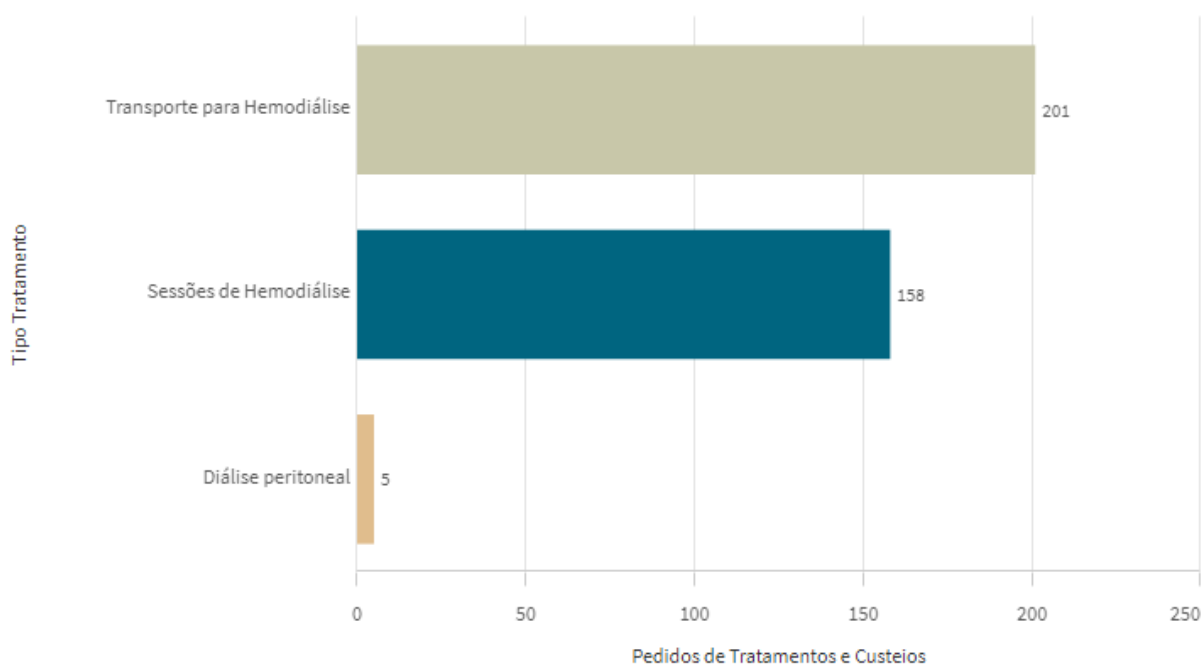
Tratamento e custeio

Gráfico 16 – Distribuição de pedidos de tratamento por categoria



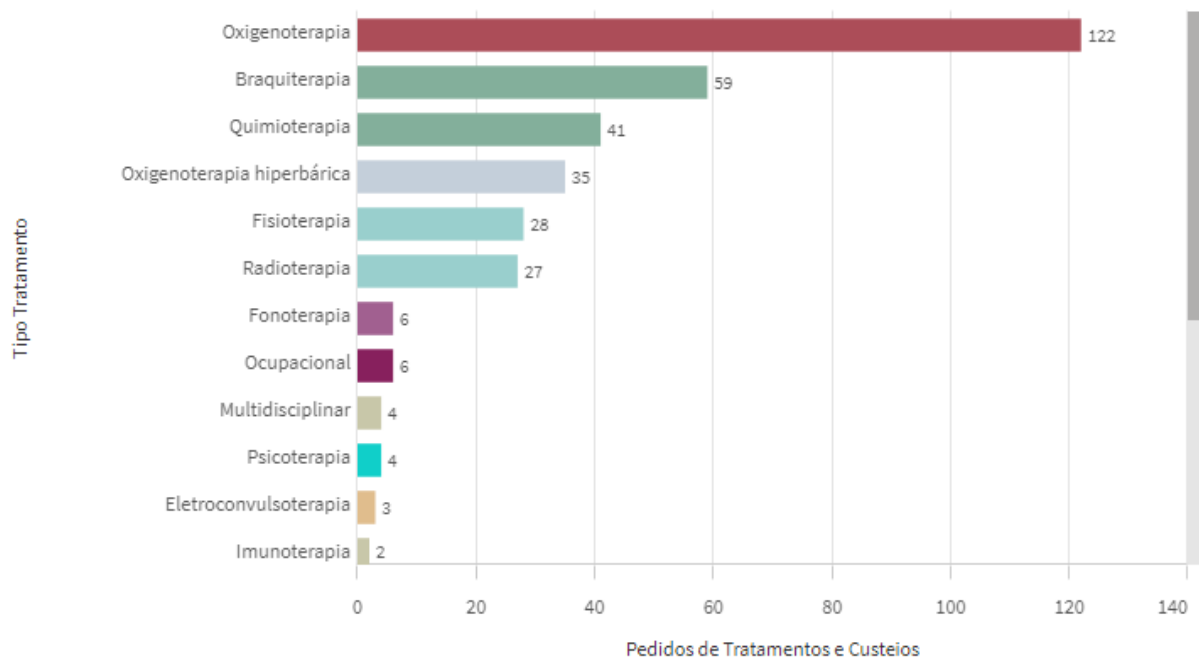
Na categoria Hemodiálise tivemos:

Gráfico 17 – Distribuição de pedidos de tratamento na categoria “Hemodiálise”



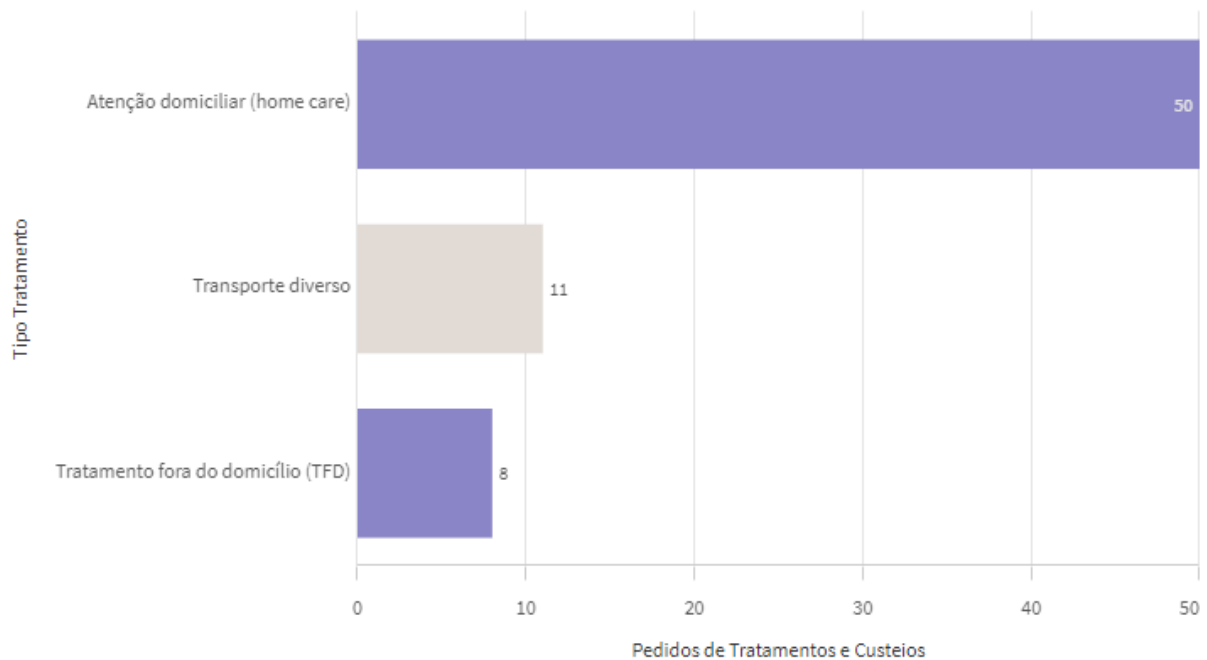
Na categoria "Terapias" tivemos:

Gráfico 18 – Distribuição de pedidos de tratamento na categoria "Terapias"



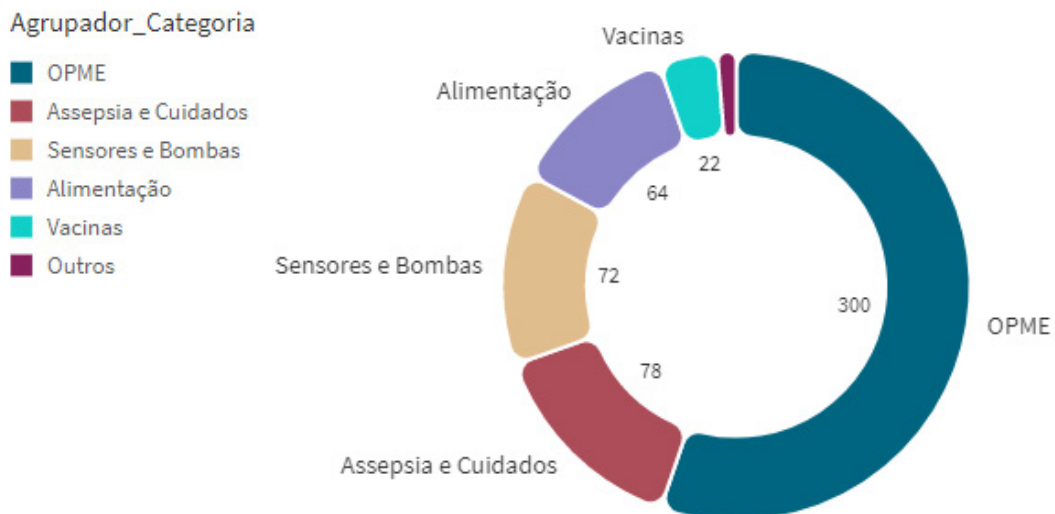
Por fim, na categoria "Assistência" tivemos:

Gráfico 19 – Distribuição de pedidos de tratamento na categoria "Assistência"



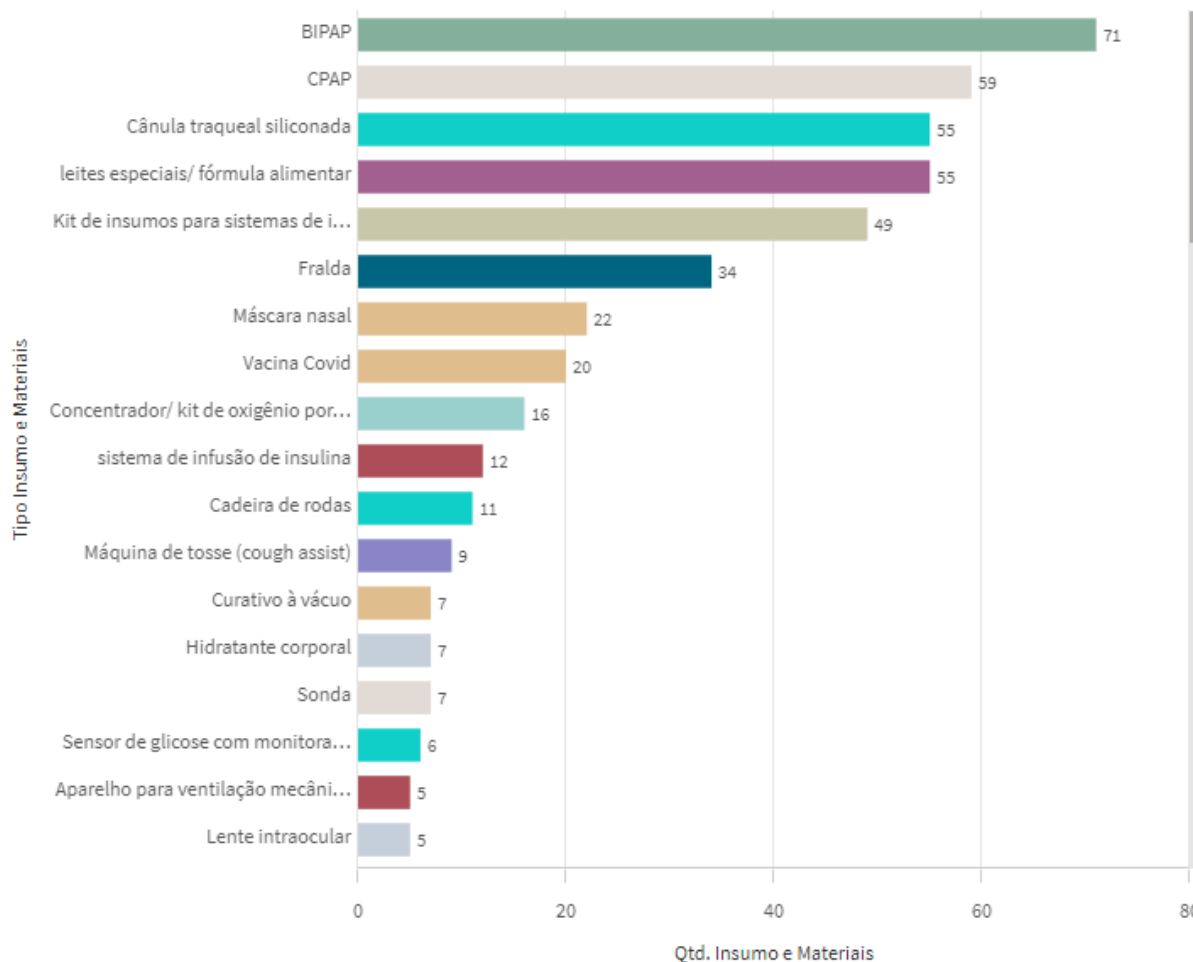
Insumos e materiais

Gráfico 20 – Distribuição de pedidos de insumos e materiais por categoria



(OPME: órtese, prótese e materiais especiais)

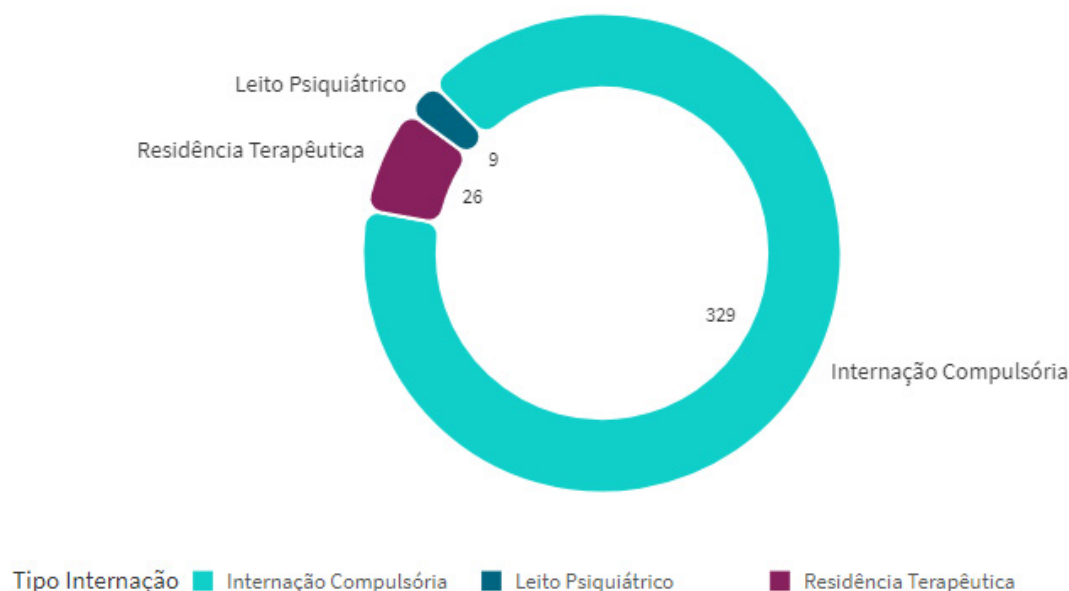
Gráfico 21 – Distribuição de pedidos de insumos e materiais por tipo



Saúde mental

No eixo da saúde mental, os pedidos de internação compulsória representaram 90,4% do total de 364 processos.

Gráfico 22 – Distribuição de pedidos de internação em saúde mental



A riqueza dos dados coletados e a evolução das versões do Painel de demandas individuais da Prosus permite que sejam utilizados filtros para o refinamento da pesquisa de acordo com o interesse do usuário. Dentre os filtros disponibilizados, por ora, contamos com: órgão julgador, unidade responsável, data de trâmite no MPDFT e mês/ano de ajuizamento da ação.

Aplicando-se o filtro mês/ano de ajuizamento da ação é possível obter os números relativos a novas ações judiciais ajuizadas em um determinado período, compará-los com período anterior e, assim, constatar, por exemplo, se houve aumento ou diminuição na judicialização de um serviço de saúde específico.

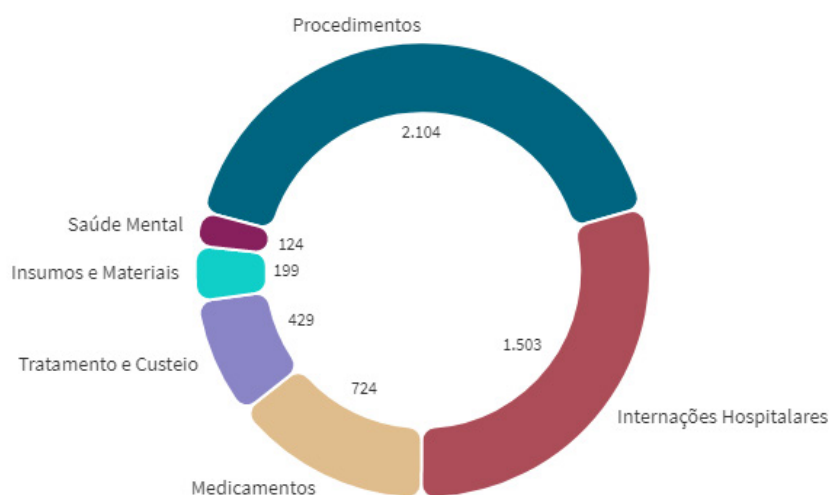
Deste ponto em diante passamos a expor os dados referentes às novas ações ajuizadas no ano de 2022.

Relatório de ações novas encaminhadas à 5ª e à 6ª Prosus em 2022

Período: 1º/1/2022 a 31/12/2022

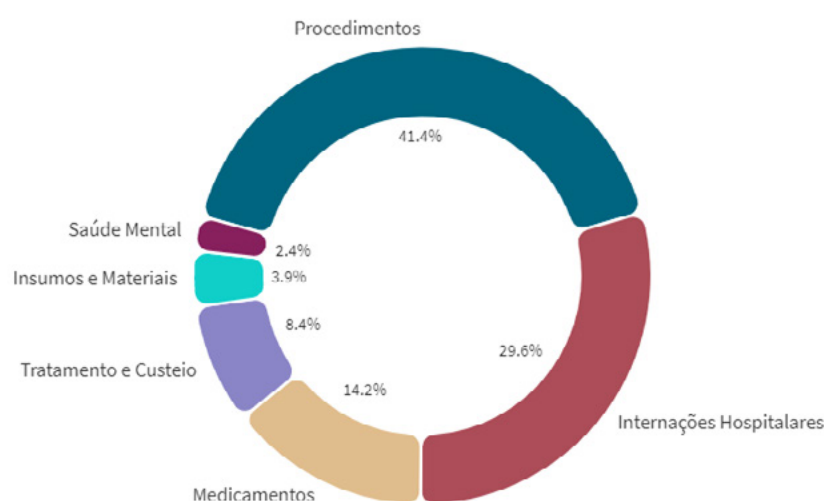
No período de 1º/1/2022 a 31/12/2022, **4.956 novas ações**⁴ foram encaminhadas ao Ministério Público pelas Varas de Fazenda Pública e pelos Juizados Especiais de Fazenda Pública, visando a prestação de ações e de serviços públicos de saúde.

Gráfico 23 – Distribuição de novos processos por ações e serviços públicos de saúde em números



Procedimentos: consulta, exame e cirurgia.

Gráfico 24 – Distribuição de novos processos por ações e serviços públicos de saúde em percentual



⁴ Dados extraídos no dia 8/5/2023. Cumpre esclarecer que o painel é atualizado diariamente, portanto os indicadores numéricos podem oscilar.

Medicamentos

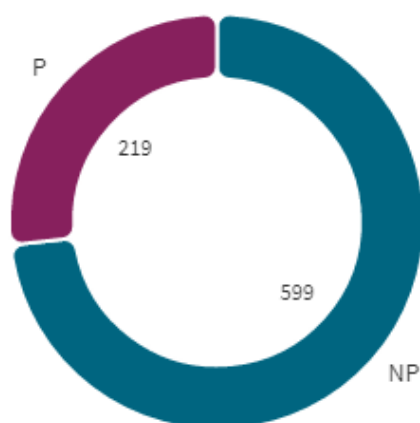
No ano de 2022, foram ajuizadas 724 novas ações demandando medicamento. Tais ações envolveram 818 pedidos, dentre os quais 599 (73,2%) foram de medicamentos **não padronizados** (incluídos os padronizados para doença diversa) e 219 (26,8%), de medicamentos **padronizados**.

Verificou-se ainda que 176 pedidos foram para uso *off label* e 642, para uso *in label*.

Dentre as enfermidades que mais ensejaram pedidos judiciais, destacaram-se as neoplasias, com 257 demandas.

Seguem gráficos ilustrativos:

Gráfico 25 – Distribuição de novos pedidos de medicamentos por natureza



P: Padronizado e NP: Não Padronizado. São incluídos como NP os medicamentos padronizados para doença diversa.

Gráfico 26 – Distribuição de novos pedidos de medicamentos não padronizados

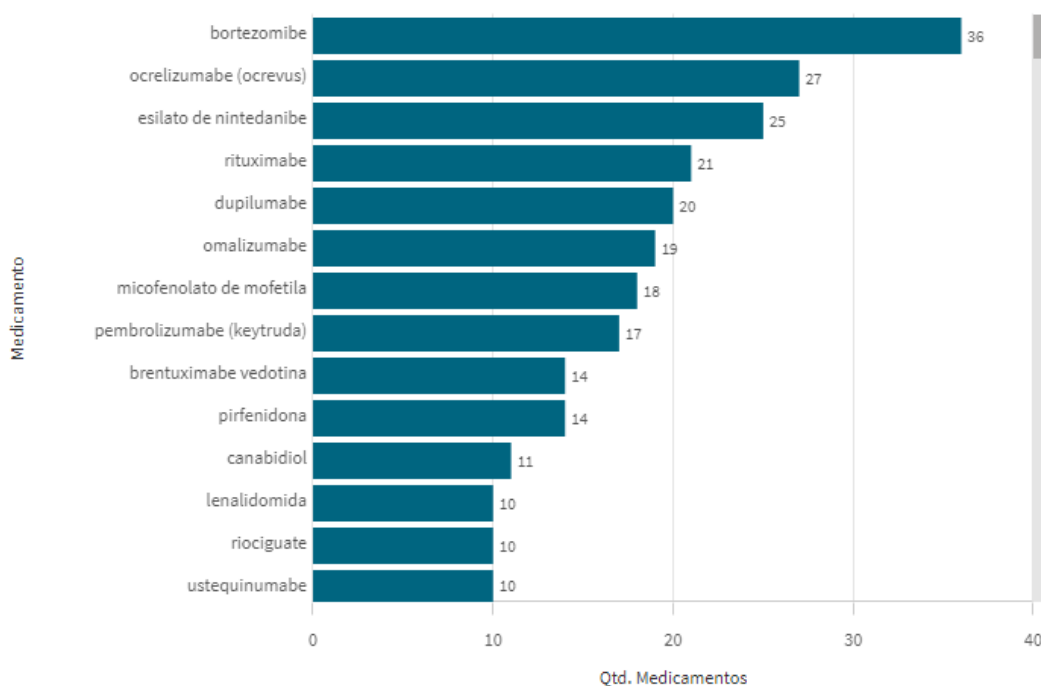


Gráfico 27 – Distribuição de novos pedidos de medicamentos padronizados

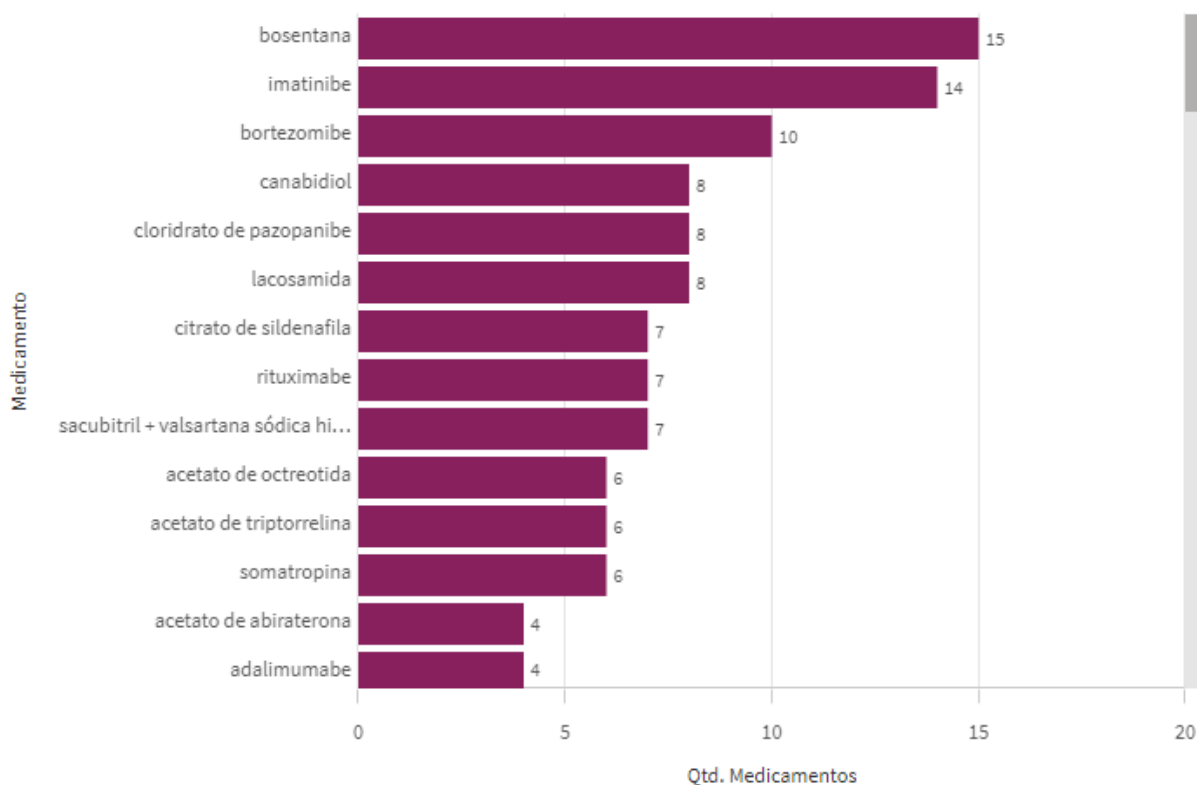
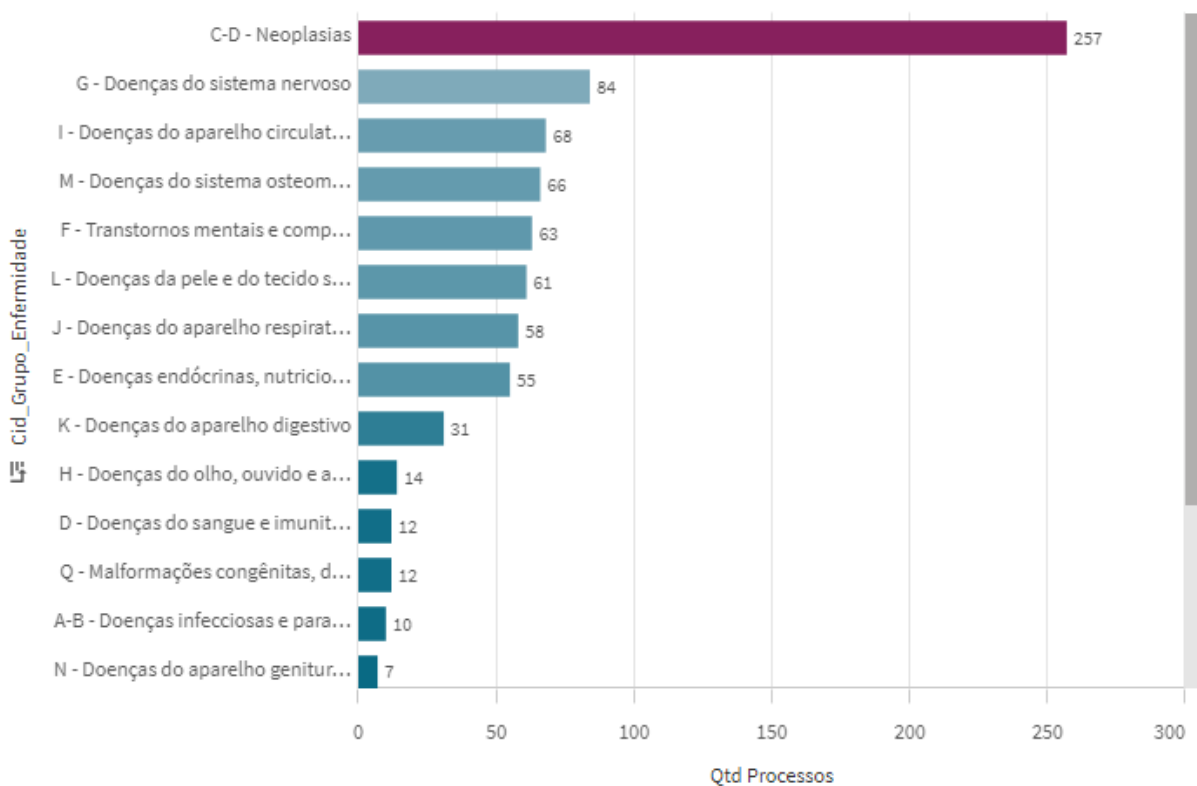
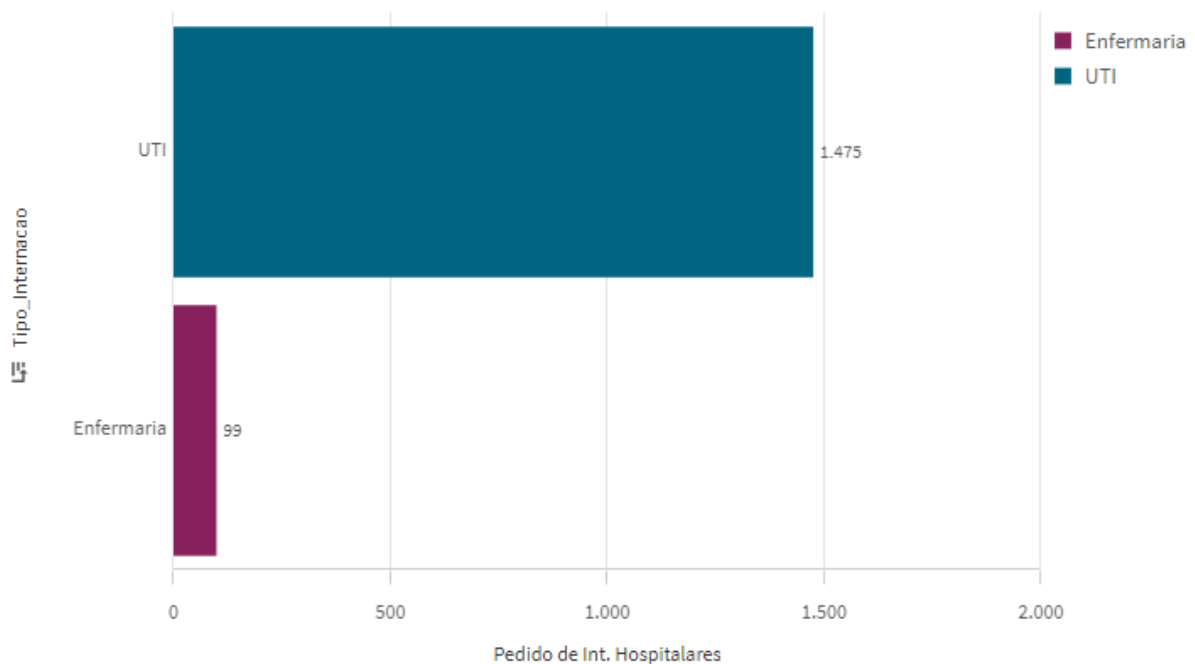


Gráfico 28 – Distribuição de novos pedidos de medicamento por enfermidade



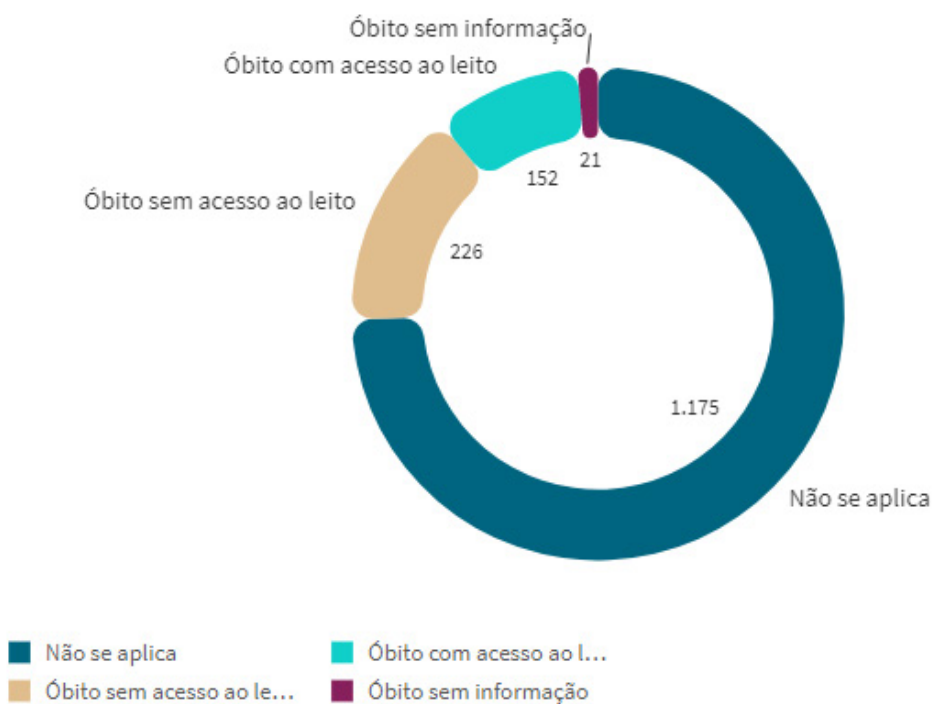
Internações hospitalares

Gráfico 29 – Distribuição de novos pedidos de internação hospitalar por tipo de leito



Do total de 1.574 pedidos de internação, 226 (14,4%) casos evoluíram a óbito sem acesso ao leito e 152 (9,7%), com acesso ao leito.

Gráfico 30 – Demonstrativo dos novos pedidos de internação hospitalar que evoluíram ou não a óbito



Procedimentos

No ano de 2022, foram encaminhadas 2.106 ações, as quais demandaram 2.625 procedimentos, sendo 1.108 (42,2%) pedidos de cirurgia, 835 (31,8%), de consulta e 682 (26%), de exame.

Gráfico 31 – Distribuição de novos pedidos de cirurgia por especialidade médica

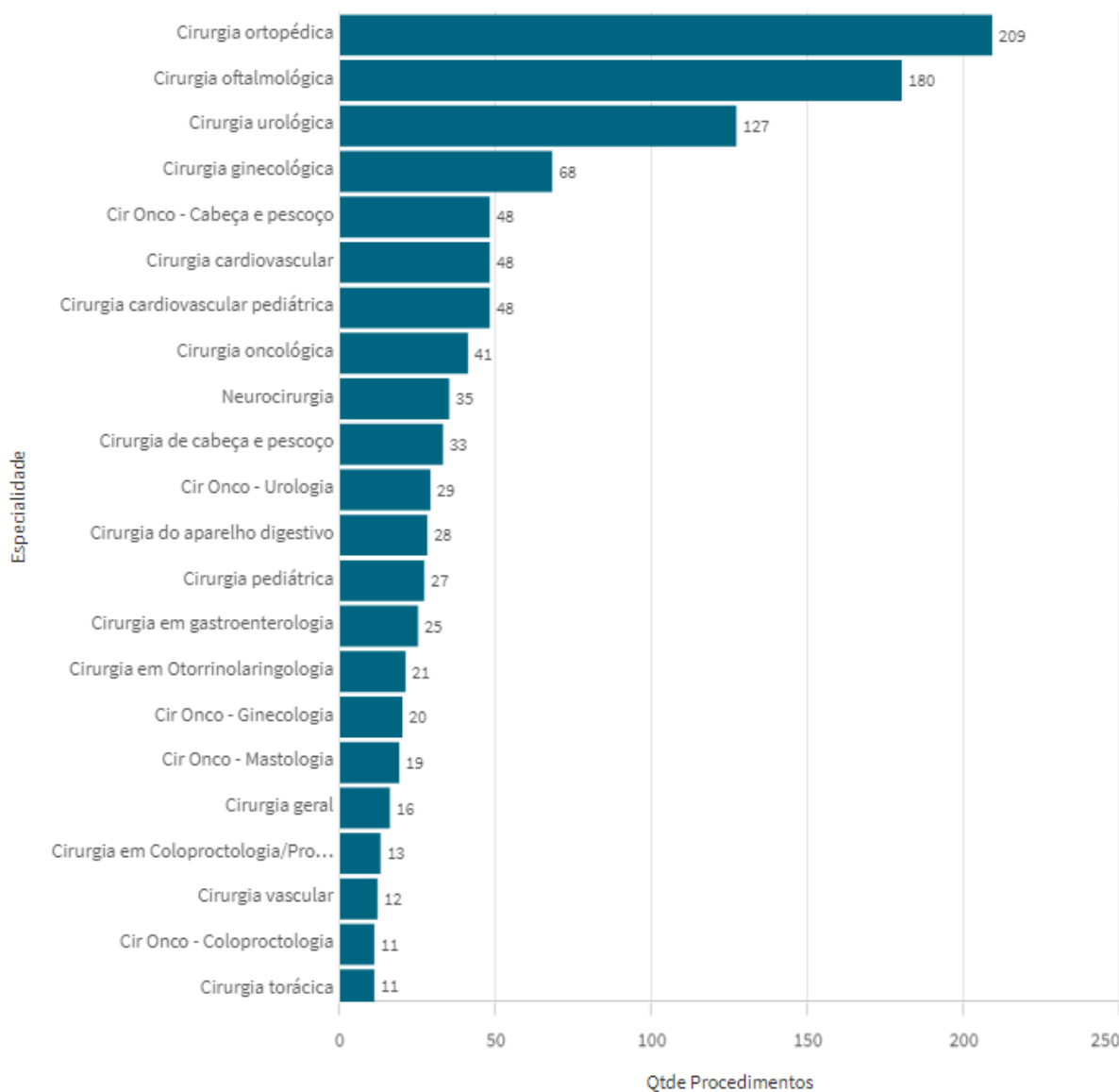


Gráfico 32 – Distribuição de novos pedidos de cirurgia por tipo

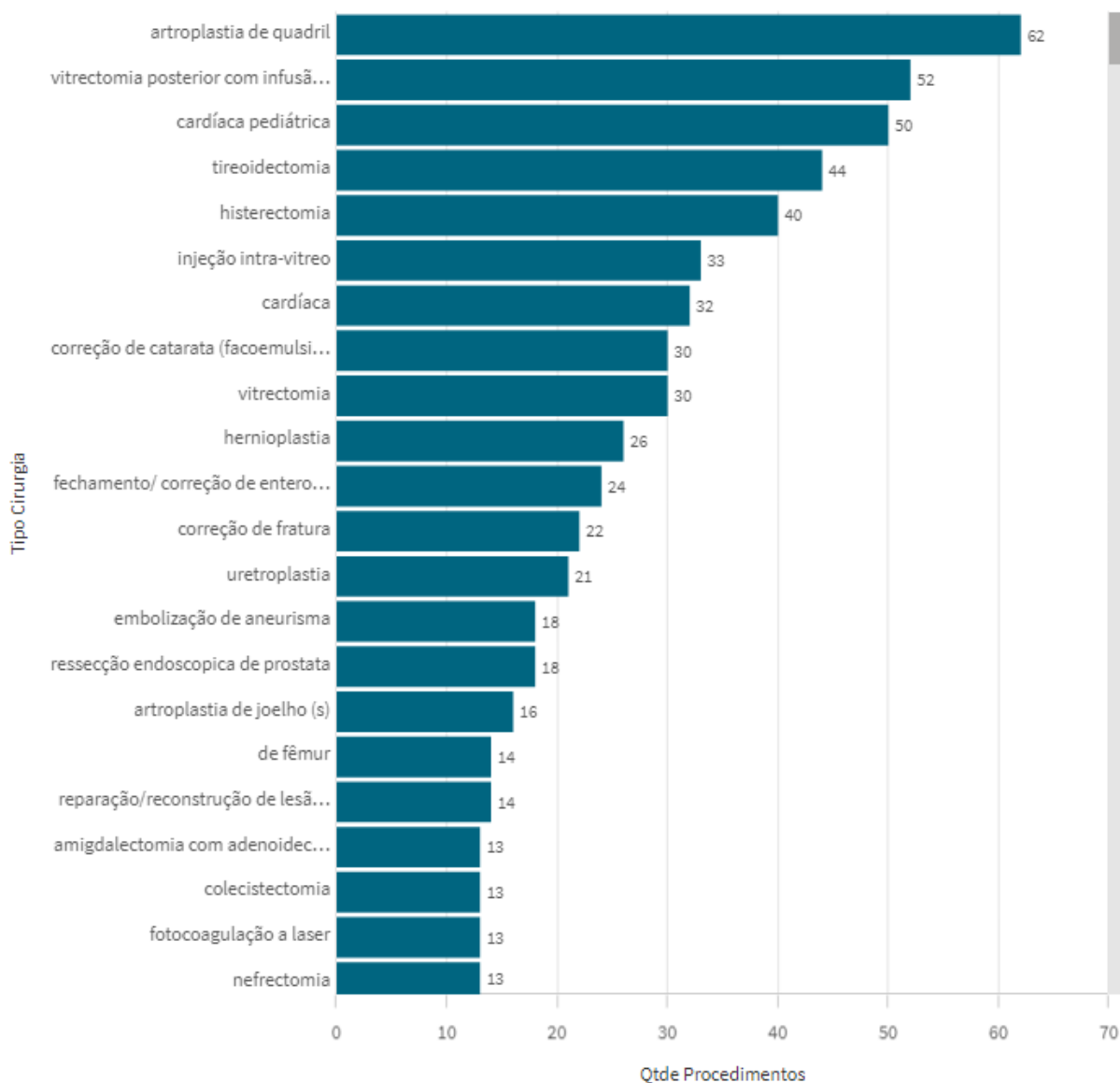


Gráfico 33 – Distribuição de novos pedidos de consulta por especialidade médica

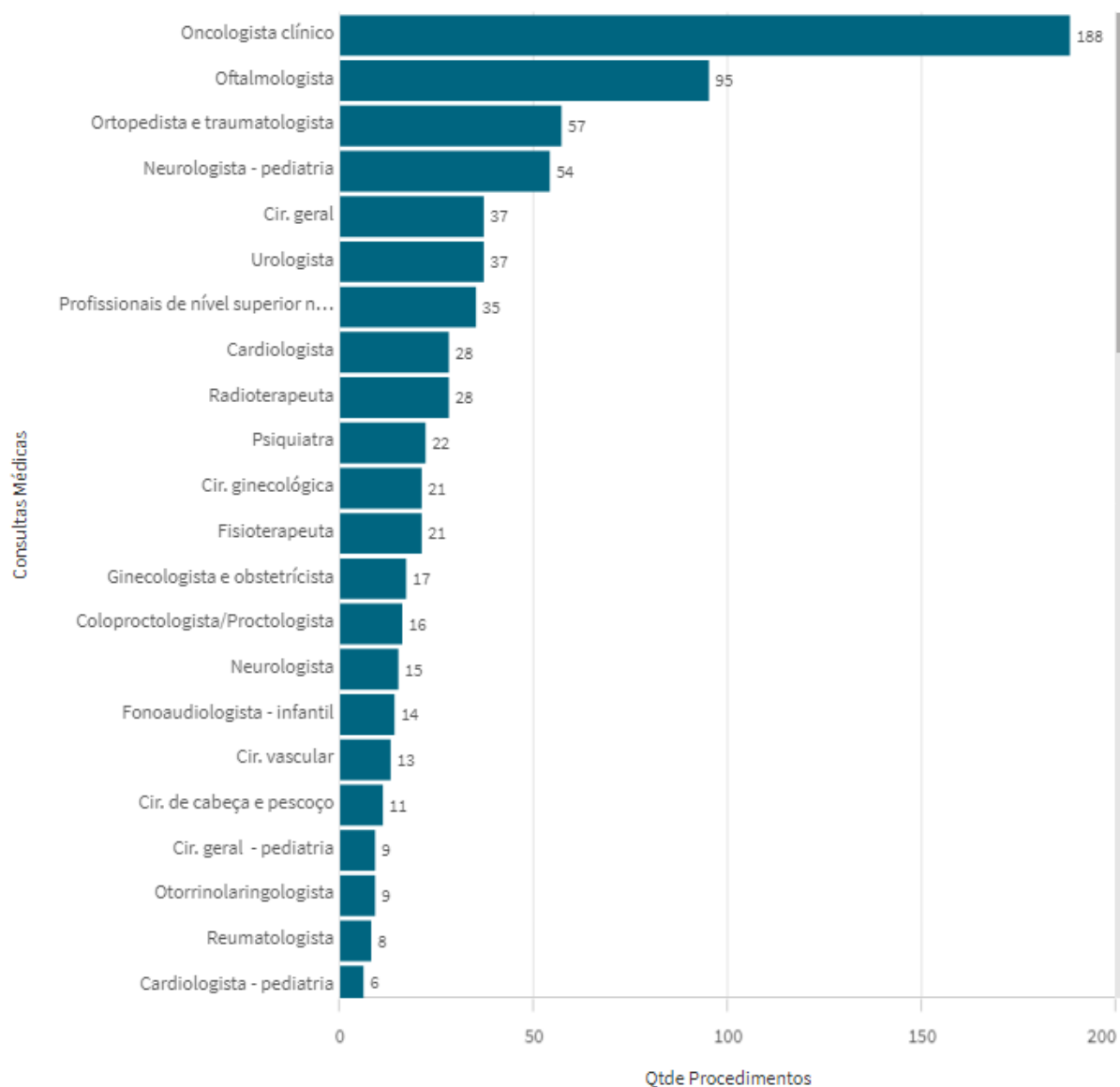
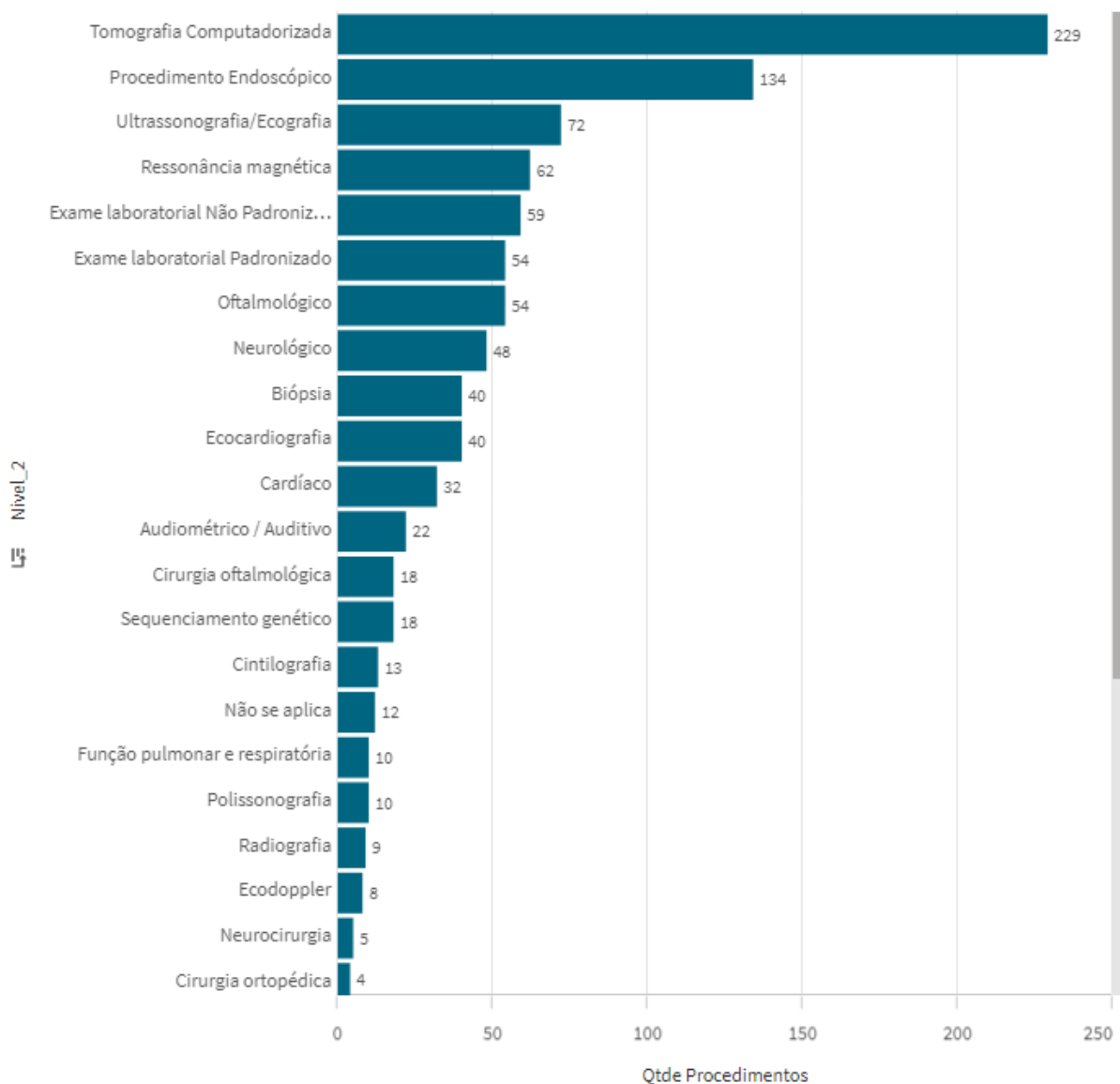
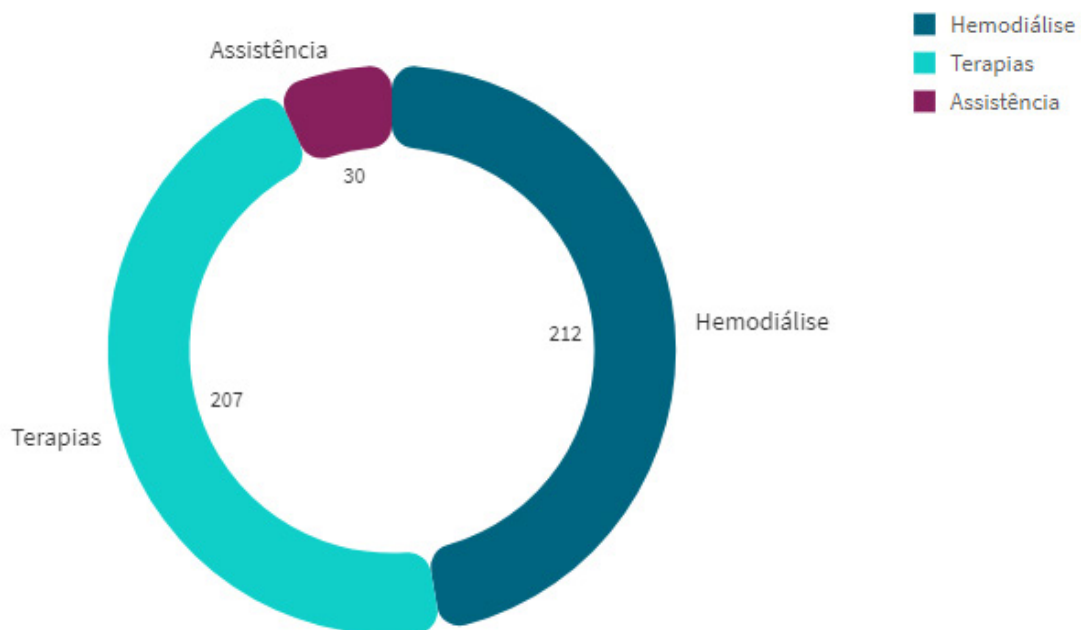


Gráfico 34 – Distribuição de novos pedidos de exame por categoria



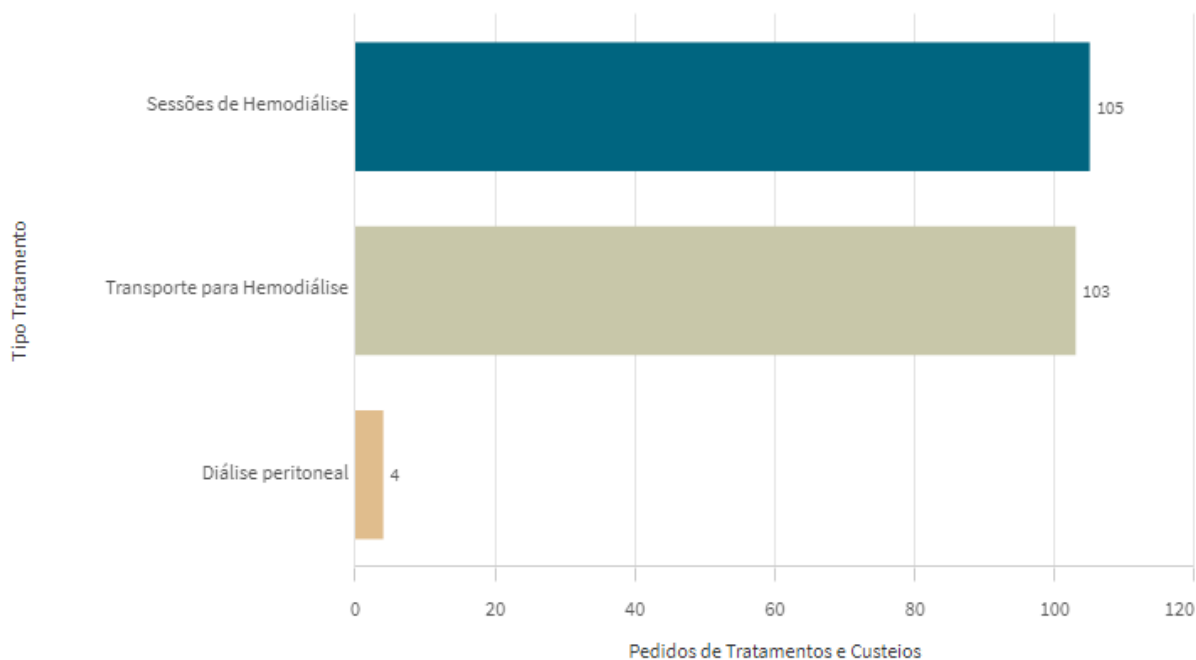
Tratamento e custeio

Gráfico 35 – Distribuição de novos pedidos de tratamento por categoria



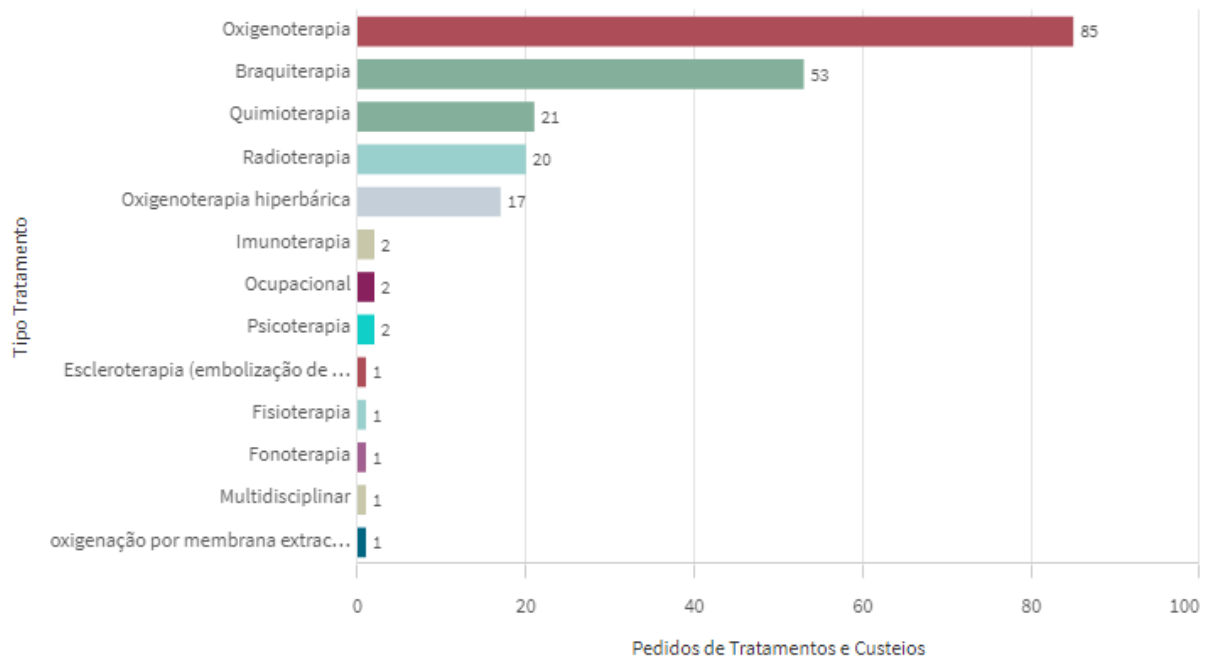
Na categoria “Hemodiálise” tivemos:

Gráfico 36 – Distribuição de novos pedidos de tratamento na categoria “Hemodiálise”



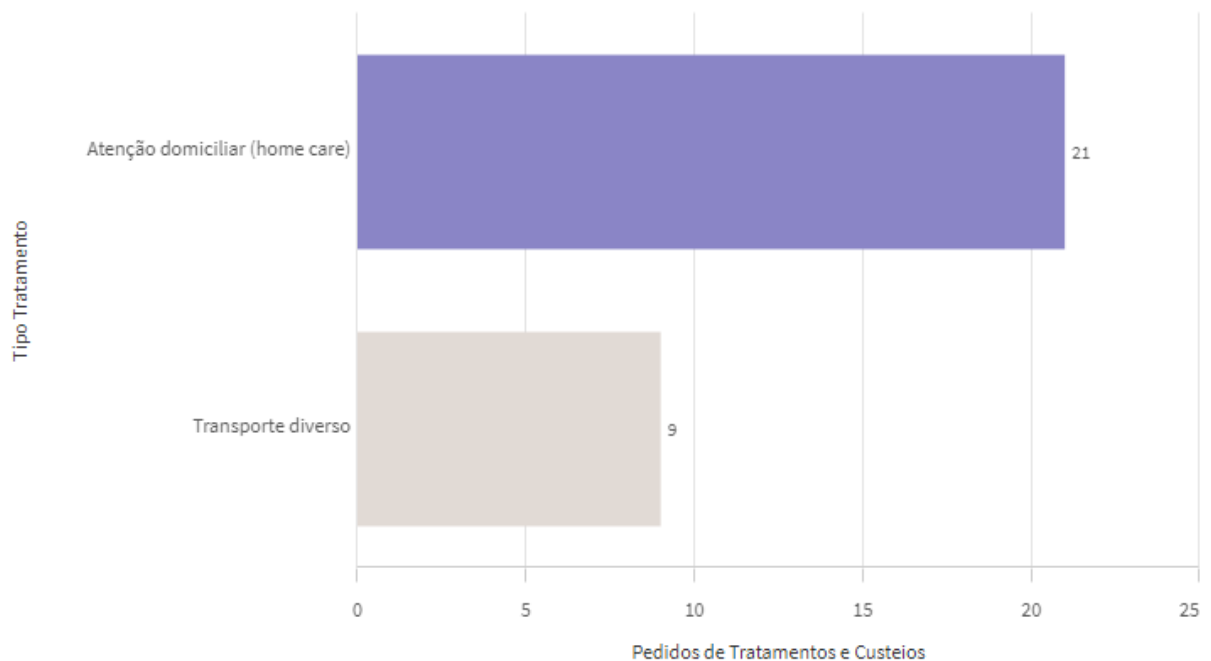
Na categoria "Terapias" tivemos:

Gráfico 37 – Distribuição de novos pedidos de tratamento na categoria "Terapias"



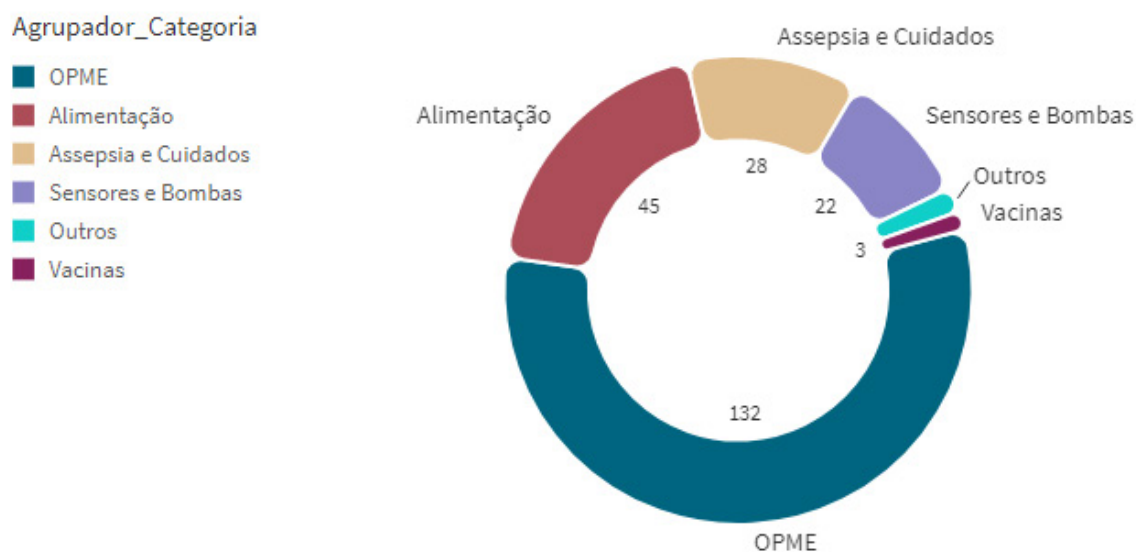
Por fim, na categoria "Assistência" tivemos:

Gráfico 38 – Distribuição de novos pedidos de tratamento na categoria "Assistência"



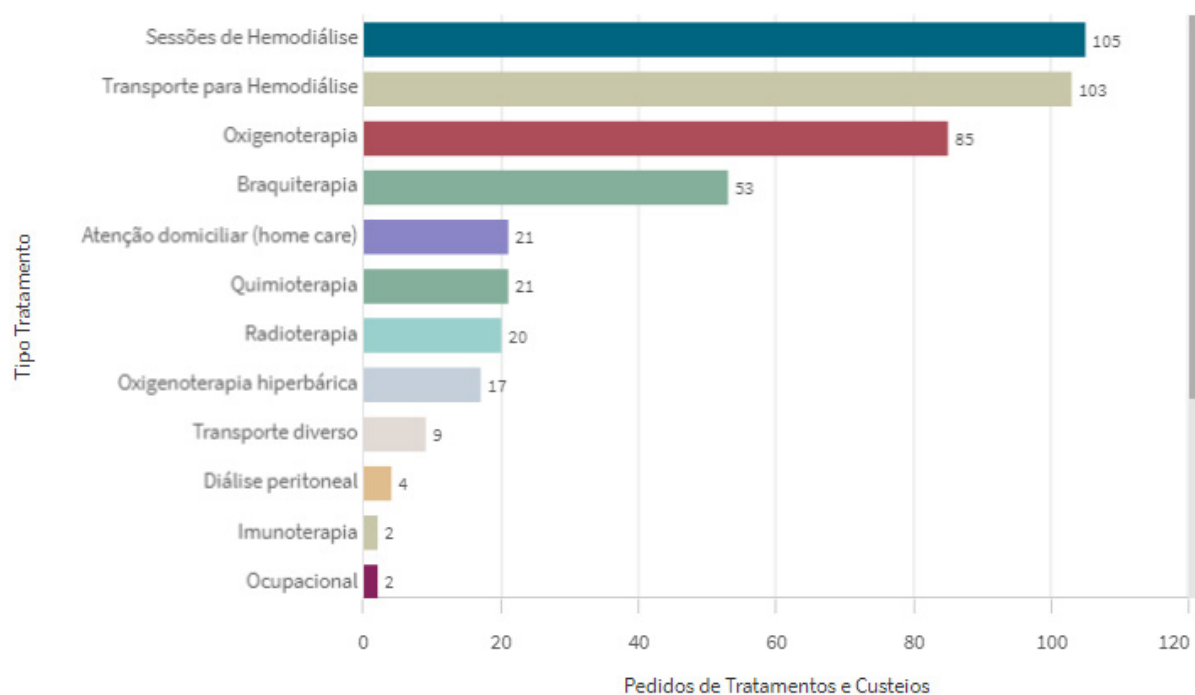
Insumos e materiais

Gráfico 39 – Distribuição de novos pedidos de insumos e materiais por categoria



(OPME: órtese, prótese e materiais especiais)

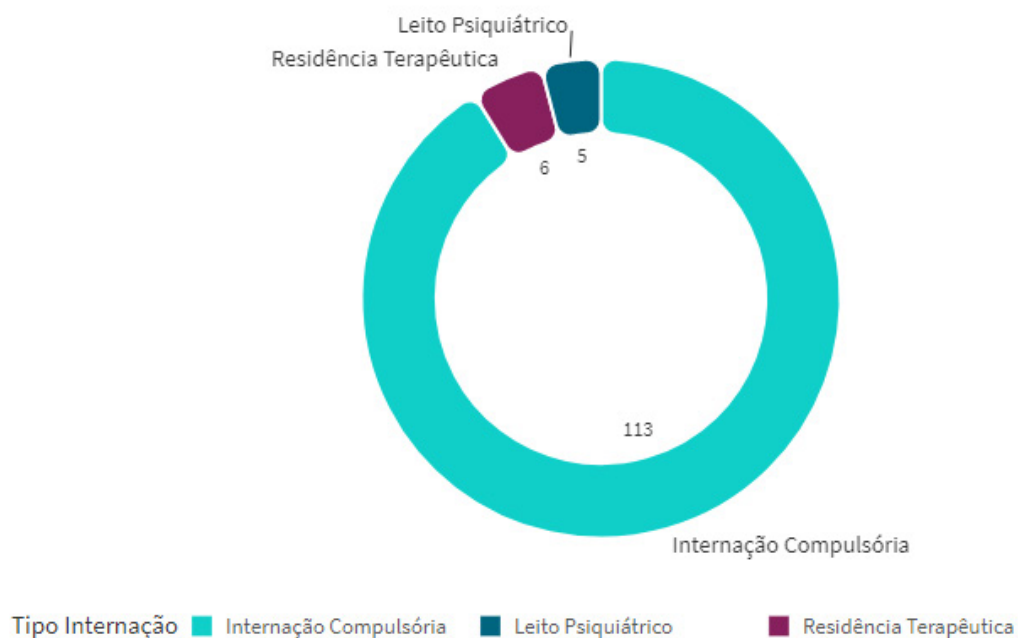
Gráfico 40 – Distribuição de novos pedidos de insumos e materiais por tipo



Saúde mental

No eixo da saúde mental, os pedidos de internação compulsória representaram 91,1% do total de 124 ações ajuizadas.

Gráfico 41 – Distribuição de novos pedidos de internação em saúde mental





Considerações finais

O objetivo desta publicação é proporcionar ampla divulgação dos dados coletados desde o início do Projeto “MPDFT Saúde”, além de descrever as soluções tecnológicas que foram desenvolvidas e empregadas no processo de construção do Painel de demandas individuais da Prosus.

A difusão das informações que foram coligidas e organizadas no âmbito do Projeto é de fundamental importância para a concretização do propósito maior de compartilhar o panorama da judicialização da saúde no Distrito Federal, a partir dos dados da 5ª e da 6ª Prosus, com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal e os demais órgãos que integram o sistema de justiça com atuação na área de saúde.

Apesar da grande quantidade de informações já coletadas até o momento, o Ministério Público considera importante continuar avançando no desenvolvimento do sistema. Faz-se necessário, ainda, o aprimoramento das soluções em inteligência artificial e a ampliação das informações que podem ser coletadas dos processos judiciais, tais como perfil do usuário e valores sequestrados dos cofres públicos para fins de cumprimento de ordem judicial. Este último aspecto é de especial relevância para medir o impacto da judicialização na realocação dos recursos públicos.

Insta ressaltar que, a fim de permitir o acesso aos dados apresentados nessa publicação ao público em geral sem comprometer as informações pessoais das partes envolvidas nos processos judiciais, este Ministério Público lançou a versão para o cidadão do Painel de Análise das Ações Individuais de Saúde, que pode ser acessado pelo link abaixo:

www.mpdft.mp.br/site/mapaprosus



Referências bibliográficas e normativas

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Relação nacional de medicamentos essenciais Rename 2022. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. 181 p. ISBN 978-65-5993-140-8. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sectics/daf/rename/20210367-rename-2022_final.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas. SISREG: Sistema Nacional de Regulação. Versão 3.4.2022. Brasília: Ministério da Saúde, [2022]. Disponível em: <https://sisregiii.saude.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. www.datasus.gov.br: SIGTAP: Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, [2022]. Disponível em: <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Tema Repetitivo 106. Obrigatoriedade do poder público de fornecer medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS. Primeira Seção, 24 de maio de 2017. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/repetitivos/temas_repetitivos/pesquisa.jsp?novaConsulta=true&tipo_pesquisa=-T&cod_tema_inicial=106&cod_tema_final=106. Acesso em: 29 maio 2023.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1487/2020 - Plenário. Levantamento de auditoria para coletar informações sobre a sustentabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS). Relator: Benjamin Zymler, 10 de junho de 2020. Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A1487%2520ANOACORDAO%253A2020%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%-252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520. Acesso em: 16 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. www.datasus.gov.br: CID 10: Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde. Versão 2008. Brasília: Ministério da Saúde, [2023]. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/cid10.htm>. Acesso em: 10 maio 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Judicialização da saúde no Brasil: perfil das demandas, causas e propostas de solução. (Justiça Pesquisa. Sumário Executivo). Brasília: CNJ, 2019. 23 p. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2018/01/f74c66d46cfea933bf22005ca50ec915.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2023.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Secretaria de Saúde. Relação de medicamentos do Distrito Federal 2022. 3. ed., atual. Brasília: Secretaria de Saúde, 2022. [82] p. Disponível em: <https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/0/REME-DF+atualizada+em+-setembro+2022.pdf/31dc27e2-d28d-e9c3-5dd4-6a247e8c41d2?t=1662655978234>. Acesso em: 15 jan. 2023.



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Missão do MPDFT

Promover a justiça, a democracia,
a cidadania e a dignidade humana,
atuando para transformar em
realidade os direitos da
sociedade.



127
www.mpdft.mp.br/ouvidoria

Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2,
Sede do MPDFT, Brasília-DF, CEP 70.091-900
Telefone: (61) 3343-9500 | www.mpdft.mp.br

 [mpdftoficial](#)  [mpdftoficial](#)  [mpdft](#)  [mpdftoficial](#)

